

# INTERSECÇÕES

REVISTA DA SECÇÃO REGIONAL DO **ALGARVE** DA ORDEM DOS ARQUITECTOS  
2025 #1





CONSELHO DIRETIVO REGIONAL DO ALGARVE

**Presidente**  
Ricardo Jorge Carvalho Latoeiro

**Vice-presidente**  
Esmeralda de Jesus do Nascimento Palma

**Vogais**  
Rúben André da Silva Martins  
Natacha Sofia Gonçalves Sabino  
Mónica Sofia Pereira Gonçalves Rosa

**Suplente:**  
Vitor Fernando Costa Múrias

**Diretor**  
Ricardo Latoeiro

**Redação**  
Ricardo Latoeiro,  
Mónica Rosa

**Execução Gráfica:** Just Print Colours  
**Impressão e Acabamento**  
Capa: Inaset plus 300 gramas  
Interior: Inaset 120 gramas

**Depósito Legal:**

**ISSN:** 3051-6552

**Publicação semestral. Tiragem:** 2000 exemplares

**Site Regional:** <https://www.oasralg.org>  
**Facebook** <https://www.facebook.com/oa.sralg>  
**Instagram** <https://instagram.com/oa.sralg>  
**Site** [https://www.ordemdosarquitectos.org/sr\\_algarve](https://www.ordemdosarquitectos.org/sr_algarve)

Os textos e conteúdos publicados são da exclusiva responsabilidade dos/das respectivos/as autores/as, bem como o uso das respetivas normas ortográficas. A Revista é propriedade da Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos @ Todos os direitos reservados.



Foto de capa: Lenea Andrade

8	LESS IS MORE, BEST IS GREAT   RICARDO LATOEIRO
11	DE TODOS PARA TODOS   NUNO FREITAS
12	ÉTICA, DEONTOLOGIA E BOM SENSO   TERESA CORREIA
13	OS DESAFIOS DA ATUALIDADE E O PROGRESSO DA PROFISSÃO   MÁRIO MARTINS
16	ACONTECEU
32	ENTREVISTA A ARQ. ANTÓNIO PORFÍRIO MAIA   REDAÇÃO
40	JOSÉ MARIA LOPES DA COSTA - UM ARQUITETO DO BEM COMUM, UM CIDADÃO DAS CAUSAS SOCIAIS VICTOR MESTRE
46	O CUBISMO, O VERNACULAR E O MODERNISMO: UM DIÁLOGO DE FORMAS E ESSÊNCIAS FILIPE MONTEIRO
48	O NOVO REGIME DE REQUALIFICAÇÃO DE SOLOS E O IMPACTO NA REGIÃO DO ALGARVE DR. RICARDO PRELHAZ FONSECA
50	ROTEIRO - O MODERNISMO   VITOR MÚRIAS & RENATO CINTRA
60	MANUEL GOMES DA COSTA - RESSONÂNCIAS DE UMA MODERNIDADE SINGULAR   GONÇALO VARGAS
66	VICENTE CASTRO - O MODERNO ETERNO   LUÍSA CASTRO
68	A SINGULARIDADE DE JOSÉ VELOSO   NUNO ARENGA
76	APROXIMAR, APRENDER E ENSINAR   ESMERALDA PALMA
78	O SERVIÇO DE APOIO À PRÁTICA - UM DESAFIO CONSTANTE   MÓNICA ROSA
80	SABER ACOLHER O FUTURO   NATACHA SABINO
81	“TRAVELLING” COM COTTINELLI TELMO   RÚBEN MARTINS
82	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS   LILIANA PICA
84	OBSERVATÓRIO - A PROFISSÃO DO ARQUITETO NO ALGARVE   VITOR MÚRIAS & RENATO CINTRA
88	BIBLIOTECA
89	AUDIOVISUAL
90	PELA LENTE DE... LENEA ANDRADE





# PLATAFORMA ARQUITETURA & EDUCAÇÃO

II Edição  
2025

A Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos convida todos os jovens a participarem na II edição da “Plataforma Arquitetura & Imaginação”. Este ano lançamos o desafio à comunidade educativa do Algarve a representar o edifício ou paisagem mais característica do local onde cada um vive, recorrendo a figuras geométricas. A imaginação não tem idades nem conhece limites. Candidaturas até 31 de maio. Participa!

Mais informação nas nossas redes sociais ou em [www.oasralg.org](http://www.oasralg.org)



## PROJECTOS DE ENGENHARIA

A P<sup>3</sup>- Projectos de Engenharia, Lda. iniciou a sua atividade profissional no início de 2000, tendo sido a sua primeira área de intervenção a Prevenção e Segurança.

Iniciou o seu percurso com a elaboração de Planos de Segurança, Coordenação de Segurança em Obra e Projetos de Especialidades, assim como apoio aos projetos de gabinetes de Engenharia e Arquitetura.

A equipa da “P ao Cubo” tem vasta formação Especializada em Segurança e Saúde no Trabalho, sendo neste momento uma das maiores e mais habilitada na região sul do País.

Ainda na área de intervenção, podem contar com Avaliações Acústicas e Certificações Energéticas de Edifícios e mais recentemente, entrou-se no âmbito da Fiscalização e Gestão de Projeto de todas as especialidades de construção.

Tem vindo a ser notado um crescimento na área da Fiscalização de obras, privadas e públicas, em virtude de uma equipa jovem e qualificada, com grande aceitação por parte dos clientes.

Mais informações em [www.p3.com.pt](http://www.p3.com.pt)



# LESS IS MORE BEST IS GREAT

Por **RICARDO LATOEIRO** | ARQUITETO | PRESIDENTE DA SECÇÃO REGIONAL DO ALGARVE  
Foto **REDAÇÃO**

Perseverança, Integridade, Autenticidade e Inclusão, são algumas das palavras chave que provêm da Carta de Veneza, elaborada em 1964 durante o II Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM). São também fortes fundamentos para a criação desta primeira edição da Revista Intersecções, um projeto editorial das atuais Secções da Ordem dos Arquitectos, ao qual a Secção Regional do Algarve se junta, a par das edições recém publicadas pelas Secções Regionais de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte. Pretende-se que, mais do que um instrumento de divulgação, possa criar referências, constituindo a sua utilização prática um potencial guia turístico cultural na área da arquitetura.

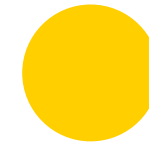
Porque os cargos são temporários, mas as palavras são eternas, considerou este Conselho Diretivo tratar estas edições como elementos monográficos, que possibilitem a cada edição uma reflexão devidamente cuidada sobre um tema, que iniciamos com o Modernismo.

A revista abordará, semestralmente, a atualidade da Ordem dos Arquitectos na região do Algarve, e a apresentação, fundamentação e desenvolvimento do tema. Será composta por separadores referentes à

atualidade dos órgãos e pelouros da Secção Regional, com especial enfoque nos temas da legislação e prática profissional, nunca descurando a educação, encomenda, admissão e a cultura. Irão sendo apresentados dados relativos à evolução da profissão no separador Observatório, o que permitirá conhecer melhor a realidade do Algarve. Para abordar a atualidade, convidaremos para entrevista uma personalidade que contribuirá com uma visão mais pragmática daquilo que a profissão poderá representar para a região do Algarve. A entrevista funcionará, assim, como charneira entre a atividade da Secção Regional e o tema abordado.

O tema da revista será apresentado a partir do roteiro, o qual será acompanhado por artigos de opinião, acervo & espólio e caso de estudo. Em complemento, é convidado um fotógrafo ou ilustrador, que apresentará o seu trabalho enquadrado no tema. A sua apresentação possuirá um espaço no último separador da revista, dando-se a conhecer aos membros.

Por fim, as devidas sugestões de biblioteca e audiovisuais, enquadradas no Modernismo.



Mas, e porquê a escolha do Modernismo?

Tal como qualquer estilo artístico, o Movimento Moderno representa a vanguarda ideológica de uma pretensão futura perante uma adversidade do seu próprio tempo. A simplicidade e clareza, aliadas à necessidade do funcionalismo, são princípios racionais que permitiram ao Movimento vingar como expressão social universal, num cenário de ambiente entre guerras mundiais. Apesar do Movimento Moderno se ter desenvolvido de diferentes modos (e com diferentes taxas de sucesso), ele representou para Portugal uma oportunidade de resposta social à carência de habitação. Foi utilizado como um dos principais estilos arquitetónicos na introdução do SAAL no final da década de 70, o qual possui uma grande expressão no país, também refletido no Algarve, como nos casos das intervenções de José Veloso ou de José Maria Lopes da Costa, entre outros. A implementação pelo Modernismo das preocupações higienistas do início do século XX, - que consequentemente se traduziu em Portugal, em legislação, com a publicação do “Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas (1903)” e, consequentemente no “Regulamento Geral de Edificação e Urbanização (1951)” - permitiram



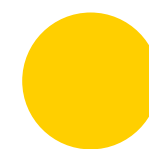
proporcionar melhores condições habitacionais a uma população carenciada e desfavorecida. O Modernismo no Algarve tem uma grande expressão (e sucesso), tendo sido apropriado e utilizado pela própria sociedade.

Numa altura em que se debate o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, bem como a implementação da Lei de Bases do Solo, e sendo que atualmente 3/4 da população mundial vive em aglomerados urbanos, permanece a incerteza sobre o tipo de cidades que pretendemos deixar para a próxima geração. Reconhecendo que “Less is More” (parafraseando um dos lemas da Bauhaus), certamente que “Great is Best”.

Um agradecimento a todos aqueles que aceitaram o desafio de participar nesta revista, na perspetiva de que novos desafios se adivinham nas próximas edições.

Seguimos todos. Seguimos juntos.

Sejamos então “Modernos”!



## DE TODOS E PARA TODOS

Por **NUNO FREITAS** | ARQUITETO | PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL DO ALGARVE  
Foto **NUNO FREITAS** | VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL



Estimados colegas,

Como Presidente da Mesa da Assembleia Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos, reafirmo o meu compromisso em trabalhar lado a lado convosco na defesa dos valores que nos unem: a criatividade, a ética, a responsabilidade para com o nosso território e a nossa sociedade.

Sendo o Algarve um território único, o nosso trabalho como arquitetos é procurar o equilíbrio entre o progresso e a preservação. No entanto, não podemos ignorar os desafios que enfrentamos diariamente, muitos deles agravados por uma legislação em constante mutação. Esta dinâmica cria obstáculos que afetam diretamente o exercício da nossa profissão, consumindo tempo e energia que deveriam estar dedicados àquilo que nos move: projetar espaços que transformam as vidas de todos nós.

Vivemos ainda um período de desafios complexos, com uma emergência climática evidente e uma pressão urbanística desmedida, tornando-se essencial que se

adote uma abordagem inovadora e resiliente. Na verdade, será uma combinação entre crescimento sustentável, eficiência energética e inclusão, sem nunca perder a conexão com o território e a sociedade que servimos.

E é no Modernismo que encontramos essa inspiração, permanentemente relevante, na capacidade de transformar o nosso quotidiano, reinterpretando os seus princípios à luz das realidades atuais, integrando tecnologia e sustentabilidade sem comprometer a criatividade e a liberdade da expressão arquitetónica.

Que esta revista seja um veículo para amplificar as nossas vozes e enaltecer o que de melhor se faz na arquitetura da nossa região. Que seja um espaço essencial para a partilha de ideias, projetos e reflexões, elevando, sempre, o debate sobre a nossa profissão pelo que convidamos todas e todos os arquitetos a participarem ativamente na construção conjunta dos nossos designios.





## ÉTICA, DEONTOLOGIA E BOM SENSO

Por **TERESA CORREIA** | ARQUITETA | PRESIDENTE DO CONSELHO DE DISCIPLINA REGIONAL DO ALGARVE  
Foto **TERESA CORREIA**

O Algarve é uma região de grande valor ambiental, económico e até cultural, plena de oportunidades, e muitas vezes, esquecida pelas entidades oficiais na sua dignificação. São tímidas as manifestações públicas de consignação de um valor estético às obras dos arquitetos algarvios. Infelizmente, embora seja uma percepção pessoal, é frequente a falta de alguma confiança no arquiteto local, que consiga dar resposta em tempo útil, e com a qualidade necessária ao desafio de encomendas de maior relevância, mesmo no caso dos valores de honorários estarem dentro do permitido pelo CCP.

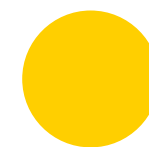
Neste contexto, “o Modernismo” está representado num conjunto vasto de obras no Algarve, o que constitui, nos dias de hoje, uma “descoberta cultural”. Estas obras, que estiveram sempre lá durante décadas, e que poucos admiraram com um olhar atento, são agora uma prova de que, no Algarve, também existe qualidade na produção arquitetónica. Esta questão impõe a necessária preservação e classificação das obras em causa para poder construir a identidade algarvia no Modernismo e a sua valorização.

A criação de um Conselho de Disciplina Regional, composto por 5 efetivos e 2 suplentes, é uma forma de

contribuir para a maioria do nosso coletivo de arquitetos algarvios, sendo que somos capazes de regular com modesta atuação a nossa relação entre pares, e entre estes e os clientes, ou empregadores, sempre na procura de um profissionalismo mais ético, honesto e responsável. A aplicação dos processos de inquérito e disciplinares, embora pouco simpática aos visados, são essenciais para a adequada pedagogia na nossa prática comum.

O ideal almejado do nosso Conselho de Disciplina Regional é que a formação contínua e a apresentação de casos práticos em sessões de elucidação, promova o esclarecimento atempado de todos os membros, de forma a evitar processos, diminuindo a possibilidade de conflitos que a ninguém interessam.

Importa ainda alertar os arquitetos de que o Estatuto da Ordem dos Arquitectos, agora alterado, obriga a serem também alterados os vários regulamentos, nomeadamente o Regulamento de Deontologia e Procedimento Disciplinar, estando este ainda em revisão. Estamos num mundo em mudança constante, pelo que urge a presença e compromisso de todos, enquanto profissionais e participantes ativos.



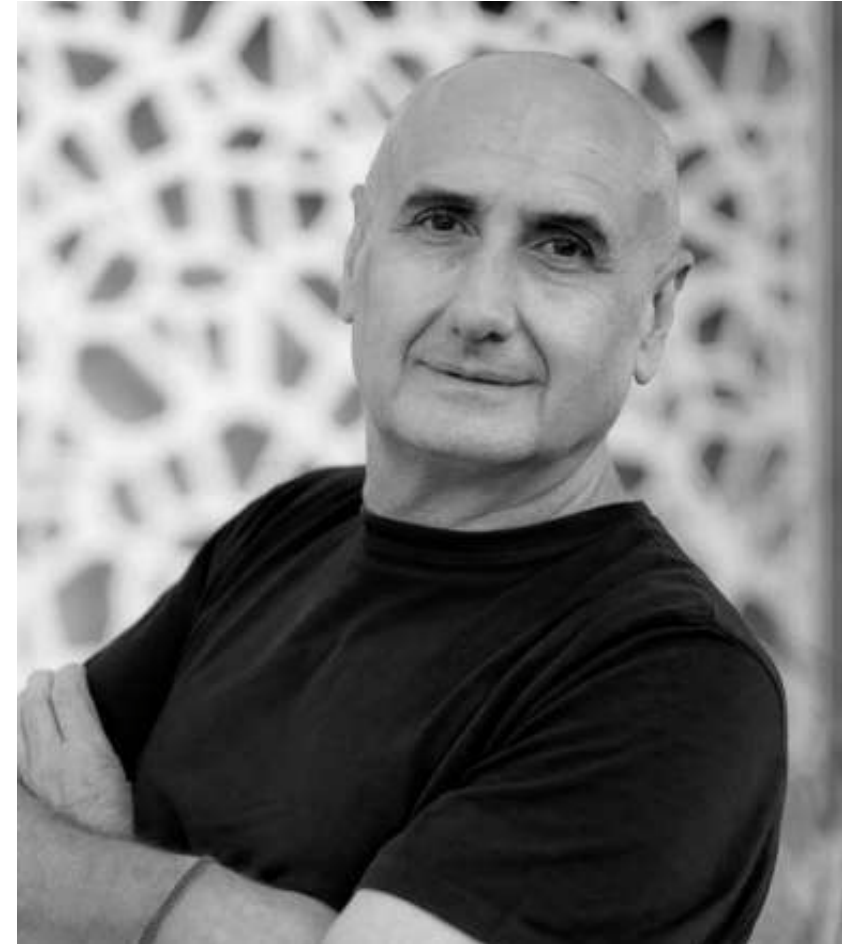
## OS DESAFIOS DA ATUALIDADE E O PROGRESSO DA PROFISSÃO

Por **MÁRIO MARTINS** | ARQUITETO | DELEGADO DA ORDEM DOS ARQUITECTOS PELA REGIÃO DO ALGARVE  
Foto **FERNANDO GUERRA**

O conhecimento, formação e motivação são cruciais para enfrentar os desafios crescentes da arquitetura. Alterações climáticas e inteligência artificial, embora transformadoras, devem ser encaradas como oportunidades para criar um mundo melhor, mantendo o controle humano na arquitetura, que combina arte e técnica. A automatização não pode desvirtuar a sua essência, reduzindo-a a algoritmos e abstrações matemáticas descontextualizadas.

As mudanças legislativas no RJUE e RJIGT, como o “Simplex Urbanístico”, o Código da Construção e a transição para o BIM, indicam boas intenções de desburocratização e modernização. Contudo, a sua eficácia ainda gera dúvidas. Essas medidas podem qualificar a arquitetura, equilibrar as cidades e resolver problemas habitacionais, mas requerem atenção para evitar retrocessos.

Num contexto profissional mais exigente e vulnerável, marcado pela ausência de regulamentação eficaz para seguros de responsabilidade civil, os arquitetos devem



adaptar-se às novas regras de mercado, investindo em conhecimento e recursos. Caso contrário, arriscam-se à perda de competitividade e à deterioração das condições económicas. Isso afeta tanto o setor privado, com honorários desajustados às responsabilidades, quanto o setor público, com carreiras desvalorizadas e pouco atrativas.

Neste cenário, a Ordem dos Arquitectos e a Assembleia de Delegados, devem reforçar esforços para modernizar, formar e apoiar os seus associados, promovendo a valorização da arquitetura e dos arquitetos. É essencial garantir honorários e salários mais justos, que reflitam a qualidade dos serviços prestados, resultando em cidades e paisagens melhores, além de pessoas mais felizes.

A felicidade, afinal, deve ser o objetivo de uma sociedade equilibrada, deixando um legado positivo às gerações futuras.



# PRÉMIO DE ARQUITETURA DO ALGARVE

SECÇÃO REGIONAL DO ALGARVE  
DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

4ª EDIÇÃO  
2024



[www.cm-faro.pt](http://www.cm-faro.pt)



ACONTECEU



**02**  
**RECEÇÃO AOS NOVOS MEMBROS**  
São Brás de Alportel, 27 de janeiro de 2024

**Município de São Brás de Alportel acolheu os novos membros do Algarve**

A Secção deu as boas-vindas aos novos membros da Ordem dos Arquitectos no Salão Nobre dos Paços do Concelho de São Brás de Alportel, que contou com a presença da Vice-presidente do Conselho Diretivo Regional, Arq. Esmeralda Palma e do Presidente do Conselho Diretivo Nacional, Arq. Avelino Oliveira.



**01**  
**FORMAÇÃO EM TÉRMICA DE EDIFÍCIOS**  
Faro, 6 de janeiro de 2024

**Realização da 1.ª formação presencial na sede**

Decorreu a 1.ª edição da formação em Térmica de Edifícios, em formato presencial na sede da Secção Regional do Algarve. Rapidamente se esgotaram as vagas para esta primeira edição, que contou com a presença da Arq. Marlene Roque como formadora. A formação decorreu durante todo o mês de janeiro nas instalações da sede em Faro.



**03**  
**SIMPLEX URBANÍSTICO**  
Faro, 1 de fevereiro de 2024

**Participação em Sessão de Esclarecimento no Município de Faro**

A convite do Município de Faro e do escritório de advocacia Antas da Cunha Ecija, a Secção marcou presença na sessão de esclarecimento sobre o Simplex Urbanístico através do Presidente do Conselho Diretivo, Arq. Ricardo Latoeiro. O evento contou ainda com a participação da Ordem dos Engenheiros, Sotheby's Vilamoura, Quintela Penalva Knight Frank. O encerramento estava a cargo da Arq. Sophie Matias, vereadora do Urbanismo da Câmara Municipal de Faro.



**05**  
**CONFERÊNCIA SIMPLEX URBANÍSTICO**  
Faro, 16 de fevereiro de 2024

**União institucional na região em torno do DL 10/2024**

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR) e o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, juntamente com o Conselho Regional da Ordem dos Advogados e a S.R. Algarve da Ordem dos Arquitectos, promoveram uma sessão conjunta de esclarecimento sobre o Simplex Urbanístico no Grande Auditório das Gambelas da Universidade do Algarve. A Secção esteve representada por intervenções do Presidente da Secção, Arq. Ricardo Latoeiro e do Delegado pelo Algarve, Arq. Mário Martins.



**04**  
**SESSÃO DE ESCLARECIMENTO**  
Faro, 8 de fevereiro de 2024

**Simplex Urbanístico esgotou o anfiteatro do Patacão**

O interesse pela nova legislação do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação levou mais de centena e meia de participantes ao Patacão, em Faro, para a 1.ª Sessão de Esclarecimentos sobre o Simplex Urbanístico. A sessão contou com a participação da jurista Dr.ª Ana Cláudia Guedes, durante todo o período da manhã e tarde.



**06**  
**CONFERÊNCIA “O IMPACTO DO SIMPLEX URBANÍSTICO”**  
Albufeira, 23 de fevereiro de 2024

**Município de Albufeira e FregPrime promovem sessão de esclarecimento**

A convite do Município de Albufeira e da FregPrime, a Secção fez-se representar pelo Presidente da Secção, Arq. Ricardo Latoeiro, que apresentou o documento elaborado pela Ordem dos Arquitectos, sobre o Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, alertando para as dificuldades e desafios na aplicação da nova legislação.





**07**  
**PRÉMIO DE ARQUITETURA DO ALGARVE 2023**  
Lagos, 24 de fevereiro de 2024

**Entrega dos prémios e inauguração da exposição das candidaturas à 3.ª edição do Prémio de Arquitetura do Algarve**

Decorreu em Lagos, a cerimónia de atribuição dos prémios aos vencedores da 3.ª edição do Prémio de Arquitetura do Algarve, juntamente com a exposição das obras candidatas. Foram distinguidas as obras do Atelier Par nas categorias de Habitação Unifamiliar e Património e Reabilitação; Estúdio ODS na categoria Equipamentos, Serviços e Indústria; e o Atelier Loff - Landscape Office na categoria Arquitetura e Paisagem. O Atelier Pedro Domingos Arquitectos recebeu a menção honrosa na categoria Habitação Unifamiliar.

**08**  
**ASSEMBLEIA GERAL**  
Porto, 2 de março de 2024

**Presidente da Mesa da Assembleia Regional do Algarve eleito Vice-presidente do órgão da Mesa da Assembleia Geral**

A Secção Regional do Algarve acompanhou presencialmente a realização da 1.ª Assembleia Geral da Ordem dos Arquitectos, tendo visto eleito o seu Presidente da Mesa, Arq. Nuno Freitas, como um dos Vice-presidentes da Mesa da Assembleia Geral, tornando-se assim num dos mais altos representantes da Instituição. A Secção Regional felicitou todos os presentes, em especial o Arq. Nuno Freitas pela sua eleição, endereçando-lhe os mais sinceros votos de confiança e sucesso nestas suas funções agregadas.



**09**  
**SESSÃO DE ESCLARECIMENTO**  
Faro, 5 de março de 2024

**Enorme participação em torno do Simplex Urbanístico**

Decorreu no Campus da Penha da Universidade do Algarve, a 2.ª edição da Sessão de Esclarecimentos sobre o Simplex Urbanístico, organizado pela Secção Regional do Algarve, que contou com a presença de 235 colegas e que teve como oradora a Dr.ª Ana Cláudia Guedes.



**10**  
**AULAS PRÁTICAS COM PROJETOS LOCAIS**  
Lagoa, 22 de março de 2024

**Visita à Casa Cabrito Moleiro**

Iniciou-se a 4.ª edição das “Aulas Práticas com Projetos Locais”, numa ação conjunta com o Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes (ISMAT), com a visita à Casa Cabrito Moleiro em Lagoa. A obra tinha sido distinguida como vencedora do Prémio de Arquitetura do Algarve na edição de 2022, na categoria Habitação Unifamiliar/Bifamiliar, e contou com a presença dos autores do projeto, bem como dos alunos do ISMAT acompanhados pela Diretora do Curso de Arquitetura, Arq. Ana Bordalo. A Secção Regional esteve representada pela Vice-presidente, Arq. Esmeralda Palma e a vogal Arq. Natacha Sabino.

**11**  
**CONVERSA DE MUSEU**  
Olhão, 23 de março de 2024

**Comemorações do Dia Nacional dos Centros Históricos**

Decorreu no Museu Municipal de Olhão a “Conversa de Museu”, com a participação da Arq. Marta Santos e Arq. Mafalda Pacheco, com o tema “Olhão - um património singular”, no âmbito das comemorações do Dia Nacional dos Centros Históricos. Debateram-se abóbadas, platibandas, elementos e técnicas construtivas tradicionais, numa perspetiva de investigação e de recuperação da memória coletiva das comunidades algarvias, bem como a necessidade da preservação dos saberes dos mestres de construção locais. A Secção Regional esteve representada pela vogal, Arq. Natacha Sabino.



**12**  
**CONFERÊNCIA “O IMPACTO DO SIMPLEX URBANÍSTICO”**  
Castro Marim, 19 de abril de 2024

**Esclarecimentos sobre o Simplex em Castro Marim**

A iniciativa foi promovida pelo Município de Castro Marim e pelo escritório de advogados Antas da Cunha Ecija. O evento contou com a participação do Dr. Henrique Moser, Dr.ª Ana Borges e Dr.ª Bárbara do Amaral Correia, da Antas da Cunha Ecija, a Vice-presidente do Município, Dr.ª Filomena Sintra, Eng. António Mortal da Ordem dos Engenheiros, Arq. Ricardo Lateiro da Ordem dos Arquitectos e Dr. Joel Cruz como representante dos advogados e autarcas.





## 14

### 3.º ENCONTRO NACIONAL DOS ARQUITETOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lagoa, 11 de maio de 2024

**Presidente do Conselho Diretivo Nacional aborda a necessidade da criação de uma carreira especial técnica para os arquitetos da administração pública**

O convento de S. José acolheu o 3.º Encontro Nacional dos Arquitetos da Administração Pública, que contou com uma grande participação dos membros da maioria dos concelhos da região. O evento contou ainda com a participação do Presidente do Conselho Diretivo Nacional, Arq. Avelino Oliveira, que abordou a necessidade urgente de se criar uma carreira especial para os técnicos da administração pública.

## 13

### AULAS PRÁTICAS COM PROJETOS LOCAIS

Aljezur, 10 de maio de 2024

**Visita à Casa RR em Aljezur**

A segunda visita da 4.ª edição das “Aulas Práticas com Projetos Locais” realizou-se com a visita à Casa RR, da autoria do Atelier LADO, localizada em Aljezur. A obra tinha sido distinguida com a menção honrosa do Prémio de Arquitetura do Algarve em 2022, na categoria Habitação Unifamiliar/Bifamiliar, e contou com a presença dos autores do projeto, bem como dos alunos do ISMAT acompanhados pelo Arq. Nuno Rio. A Secção Regional esteve representada pela Vice-presidente, Arq. Esmeralda Palma, e pela vogal Arq. Natacha Sabino.



## 15

### AULAS PRÁTICAS COM PROJETOS LOCAIS

Portimão, 14 de junho de 2024

**Conferência com Atelier TIP sobre habitação coletiva**

Decorreu no Teatro TEMPO a última aula prática da edição de 2024 com a conferência do Arq. Tiago Palmela do Atelier TIP, que apresentou o trabalho desenvolvido em habitação coletiva, com especial ênfase no edifício LUX Garden, com moderação do Arq. Nadir Bonaccorso. A Secção Regional esteve presente através da Vice-presidente, Arq. Esmeralda Palma e do vogal Arq. Rúben Martins.



## 16

### SESSÃO ESCLARECIMENTO

Faro, 21 junho 2024

**Conselho de Disciplina esclarece sobre Deontologia e Disciplina**

O Conselho de Disciplina da Secção Regional organizou uma sessão de esclarecimento sobre Deontologia e Disciplina no Salão Nobre da Câmara Municipal de Faro. O evento contou com a participação da Presidente do Conselho de Disciplina, Arq. Teresa Correia, a Vereadora do Urbanismo da Câmara Municipal de Faro, Arq. Sophie Matias e a Dr.ª Helena Almeida e Dr. Saraiva de Lemos, juristas da Ordem dos Arquitectos.

## 17

### CONVERSA DE MUSEU

Olhão, 22 junho 2024

**Visitas a edifícios em várias fases de reabilitação**

Num passeio comentado pela Arq. Marta Santos, no âmbito do evento “Arquiteturas Locais - práticas e saberes na construção”, efetuou-se a visita a três obras em diferentes fases de desenvolvimento, falou-se sobre a importância da reabilitação e do uso de materiais tradicionais, preservando a linguagem e os elementos com valor arquitetónico e patrimonial. A forte afluência e participação evidenciou o interesse do público na arquitetura. Esta iniciativa conjunta da Secção com o Museu Municipal de Olhão, contou com a participação da Arq. Tatiana Bento (Sena Arquitectos) e da empresa JMC Construções.



## 18

### EXPOSIÇÃO

Faro, 01 julho 2024

**CCDR-Alg acolhe exposição itinerante**

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR) acolheu a exposição itinerante composta pelos candidatos ao Prémio Regional de Arquitetura de 2023, numa inauguração que contou com a presença do Presidente da CCDR-Alg Dr. José Apolinário e Vice-Presidente Arq. Pais. José Pacheco. A exposição esteve patente do dia 2 de julho ao dia 28 de agosto na sede da CCDR, em Faro.







**20**  
**DIA NACIONAL DO ARQUITETO**  
Lagoa, 03 julho 2024

**Entrevista do Presidente da Secção na Rádio Lagoa**

No âmbito das comemorações do Dia Nacional do Arquiteto, o Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos, Arq. Ricardo Latoeiro, foi entrevistado na Rádio Lagoa. Foram elencados os vários eventos que a Secção tem desenvolvido e em agenda, nomeadamente os de esclarecimento relativamente à prática profissional. Reforçou que o envolvimento de todos os membros é determinante para afirmação da instituição na região. Por fim, convidou todos os ouvintes a comparecerem no evento do dia 4, onde seriam distinguidos 3 arquitetos com mais de 50 anos de inscrição na Ordem dos Arquitectos.



**19**  
**PRÉMIO INFANTIL DE ARQUITETURA (PAI)**  
Loulé, 30 junho 2024

**Atribuição das distinções da 1.ª edição do PAI**  
**O Mar Shopping Algarve recebeu a entrega dos prémios da 1.ª Edição do Prémio de Arquitetura Infantil do Algarve.**

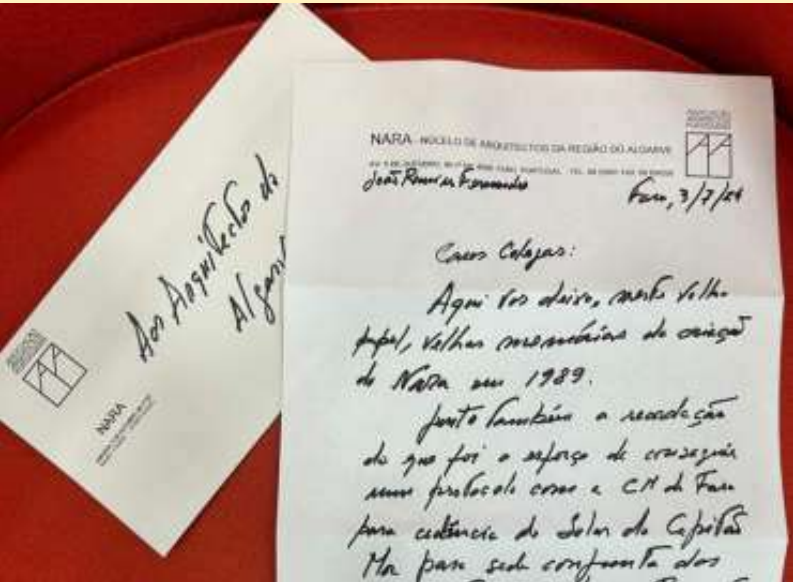
Foram apresentados os trabalhos candidatos, e atribuídos os prémios aos vencedores e às menções honrosas. Destaque para as justificações dos trabalhos pelas próprias crianças. Foi uma edição muito participada e muito gratificante, com muitas crianças e famílias a saírem dum evento muito felizes. Um agradecimento especial à Prof.ª Luísa Preto e à Eng. Ana Antunes por terem integrado o júri, e à Filipa Teixeira, que tão bem nos recebeu a todos.



**21**  
**DIA NACIONAL DO ARQUITETO**  
Faro, 04 julho 2024

**Distinção dos Arq. Fernandes Ramires, Arq. João Cordovil e Arq. José Maria Lopes da Costa**

A Sede da SRAlg foi pequena para receber todos os que quiseram homenagear os nossos colegas mais longevos e participar connosco nesta comemoração. O espaço foi pequeno, mas o nosso mundo tornou-se irremediavelmente maior. Maior em partilha, maior em história, maior em conhecimento e memórias. A felicidade e entusiasmo em recordar tempos idos, que colegas com 8 ou 9 décadas de vida ainda transportam, é contagiante. E o agradecimento pela presença dos nossos três colegas mais resilientes nesta profissão difícil mas apaixonante será sempre pouco para expressar o quão importantes são para nós todos estes momentos. Muito obrigado.



**23**  
**SESSÃO TÉCNICA**  
Faro e Zoom, 19 julho 2024

**Apresentação de materiais e esclarecimento de dúvidas técnicas pela Jular**

A sede recebeu a visita da Jular, que informou os participantes presentes e por formato telemático, sobre o seu catálogo de materiais, e deixou igualmente recomendações de utilização e instalação.



**22**  
**DIA NACIONAL DO ARQUITETO**  
Faro, 04 julho 2024

**Arq. João Fernandes Ramires ofereceu documentos originais da criação do Núcleo de Arquitetos da Região do Algarve (NARA)**

Na cerimónia do Dia Nacional do Arquiteto, o Arq. Ramires Fernandes decidiu deixar uma mensagem aos arquitetos do Algarve. Escrita no primeiro papel timbrado do NARA (Núcleo de Arquitetos da Região do Algarve), partilhamos com todos as suas palavras. Foi também deixado na sede um pouco da nossa História: um dossier com correspondência, protocolos e comunicações, que constituíram a tentativa de criação de uma associação conjunta entre arquitetos, engenheiros e paisagistas, cuja sede se protocolou com o Município de Faro ser no Solar do Capitão-Mor. Muito obrigado Arq. João Ramires.



**24**  
**EXPOSIÇÃO**  
Faro, 17 agosto 2024

**Dia Mundial da Fotografia**

No âmbito do Dia Mundial da Fotografia, a Secção Regional organizou a Exposição Fotográfica de Arquitetura na Região do Algarve. A inauguração teve lugar no Fórum Algarve em Faro, e contou com a participação dos fotógrafos Alexander Bogorodskiy, Julie Poirier, Fernando Guerra, Bernardo Lúcio, Lenea Andrade e António Moutinho. A exposição esteve patente entres os dias 17 e 31 de agosto. Um agradecimento especial ao Fórum Algarve pelo acolhimento desta iniciativa, na pessoa da Dr.ª Rita Zambujal.



## ACONTECEU



**26**

**X FEIRA DA DIETA MEDITERRÂNICA DE TAVIRA**  
Tavira, 07 setembro 2024

### Conferência sobre património mediterrânico

O Clube de Tavira acolheu a Conferência em modelo de mesa redonda sobre o “Património Mediterrânico”, evento integrado na programação da X Feira da Dieta Mediterrânica. Estiveram presentes o Arq. Francisco Freitas (Atelier RUA), Dr. Marco Sousa Santos (Museu Municipal de Tavira) e a Arq.<sup>a</sup> Marta Santos (Mestre em reabilitação de Arquitetura e Núcleos Urbanos, pós-graduada em Património Cultural Imaterial), com a moderação do Arq. Ricardo Latoeiro, presidente do Conselho Diretivo Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos.

**25**

**X FEIRA DA DIETA MEDITERRÂNICA DE TAVIRA**  
Tavira, 05 setembro 2024

### Exposição itinerante em Tavira

O Município de Tavira acolheu a exposição itinerante composta pelos candidatos ao Prémio Regional de Arquitetura de 2023, no Clube de Tavira, tendo estado patente entre os dias 5 a 8 de setembro.



**27**

**X FEIRA DA DIETA MEDITERRÂNICA DE TAVIRA**  
Tavira, 07 setembro 2024

### Visita a obras premiadas em Tavira

No seguimento da Conferência no Clube de Tavira, foram efetuadas visitas a duas obras do Atelier RUA que tinham sido anteriormente distinguidas no Prémio de Arquitetura do Algarve. O evento contou com grande adesão e com a disponibilidade do proprietário, que acrescentou ao evento a história dos edifícios e a transformação dos arquitetos através das pretensões do cliente.



**29**

**PRÉMIO DE ARQUITETURA DO ALGARVE**  
Redes Sociais, 07 setembro 2024

### Lançamento da IV edição do Prémio de Arquitetura do Algarve (2024)

No sentido de divulgar a importância da arquitetura da região e, consequentemente, reconhecer o mérito dos membros da Ordem dos Arquitectos, foi lançada a 4.<sup>a</sup> edição do Prémio de Arquitetura do Algarve. Nesta edição manteve-se a parceria com a Associação Nacional dos Arquitetos Paisagistas para a categoria “Arquitetura e Paisagem”. São ainda categorias Habitação Unifamiliar ou Bifamiliar; Habitação Coletiva; Equipamento, Serviços e Indústria.

**28**

**PROTOCOLO**  
Faro, 07 setembro 2024

### Assinatura de protocolo de cooperação com a Câmara Municipal de Faro

Na cerimónia pública do Dia do Município de Faro, foi assinado um protocolo de cooperação entre a Secção Regional do Algarve e o Município de Faro com vista a aproximar ambas as instituições no apoio aos técnicos, e a promover a frequência de formação aos arquitetos do município. Fomenta-se, assim, a relevância da formação ao longo da carreira técnica, bem como a possibilidade da instituição passar a pertencer como júri nos concursos públicos promovidos pela autarquia.



**30**

**REPRESENTAÇÃO**  
Tavira, 21 setembro 2024

### Representação no Encontro Distrital da Ordem dos Engenheiros

A Secção Regional do Algarve esteve representada no evento distrital da Ordem dos Engenheiros, através do seu Presidente Arq. Ricardo Latoeiro e Vice-presidente Arq. Esmeralda Palma.







### 31

#### JORNADAS INTERNACIONAIS DE ARQUITETURA DO ALGARVE (JIAA), II edição

Loulé, 11 e 12 outubro 2024

##### Salas cheias para acolher a 2.ª edição das JIAA

O Município de Loulé recebeu a segunda edição das Jornadas Internacionais de Arquitetura do Algarve, tendo como tema “Território e Legislação”. O evento realizou-se em dois dias, dividido entre o Auditório do Convento do Espírito Santo e o Cineteatro Louletano. O evento contou com os seguintes painéis e temas:

Sessão de boas vindas e abertura pela Exma. Sr.ª Diretora Municipal, Dália Paulo.

Dia 1, manhã: “Apresentação de modelos urbanísticos e a relevância regional do PIAAC - Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas”

- Dr. Filipe Duarte Santos, autor do PIAAC-AMAL;
- Dr.ª Lúcia Terra, CM Loulé;
- Dr. Ricardo Canas, CCDR-ALG;
- Eng. Macário Correia, ABPRSA;
- Eng. Pedro Coelho, APA (moderador);

Dia 1, tarde: “Aplicação dos procedimentos administrativos sobre a legislação urbanística noutros países”

- Arq. Mário Sua Kay, Sua Kay Arq.;
- Arq. Gonçalo Byrne, Byrne, Arq.;
- Arq. Tiago Palmela, TIP, Arq.;
- Arq. Luís Pedra Silva, Pedra Silva, Arq.(moderador);

Dia 2, manhã: “A aplicação do RJIGT: alterações, desafios e entendimentos. Articulação entre o RJUE e o CPA”

- Dr. Gonçalo Reino Pires, Uría Menéndez;
- Dr. João Miranda, ICJP-FDUL;
- Dr. Nuno Marques, CM Aljezur;
- Dr. Ricardo Tomé, RT Geo (moderador);

Dia 2, tarde: “Alterações legislativas - RJUE, a aplicação das Portarias conexas e demais legislação complementar”

- Dr.ª Ana Cláudia Guedes, CEDOUA-FDUC;
- Dr.ª Ana Borges, Antas da Cunha ECIJA & Assoc.;
- Dr. Diogo Calado, CIDP-FDUL;
- Dr.ª Helena Rocha, O.A. (moderadora);

Sessão de encerramento pelo Exmo. Sr. Presidente da Ordem dos Arquitectos, Arq. Avelino Oliveira.



### 33

#### CERIMÓNIA DE OUTORGA DE MEMBROS HONORÁRIOS

Lisboa, 30 outubro 2024

##### José Lopes da Costa é outorgado como Membro Honorário

O “nosso” José Maria Lopes da Costa foi outorgado como um dos Membros Honorários, em evento decorrido na sede nacional da Ordem dos Arquitectos. O Dia Mundial da Arquitetura é celebrado todos os anos na primeira segunda-feira de outubro. Em 2024 decidiu-se encerrar o mês das comemorações nacionais com a outorga do Estatuto de Membro Honorário a nove arquiteto/as, e a duas entidades coletivas.

### 32

#### ASSEMBLEIA REGIONAL DO ALGARVE

Faro, 28 outubro 2024

##### Realização da Assembleia Regional do Algarve

Realizou-se a Assembleia Regional do Algarve, em modo presencial e telemático, onde foi aprovado por unanimidade o Plano de Atividades para 2025.



### 34

#### THE MODERNIST WEEKEND

Faro, 9 novembro 2024

##### Participação no The Modernist Weekend

Participação no The Modernist Weekend - conferência sobre a herança e identidade modernista em Faro, com a moderação do presidente da Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos, Arq. Ricardo Latoeiro.



ACONTECEU



**35**  
**PROTOCOLO**  
Faro, 21 novembro 2024

**Assinatura de protocolo com a Guerreiros Seguros**

A Secção Regional assinou com a Guerreiros Seguros um protocolo de cooperação que permite aos membros e familiares a aquisição de seguros de diversos tipos, com condições especialmente benéficas.

**36**  
**ELEIÇÃO DO CONSELHO DE SUPERVISÃO**  
Ordem dos Arquitectos, 29 novembro 2024

**Eleição do Conselho de Supervisão da Ordem dos Arquitectos**

Procedeu-se à eleição do Conselho de Supervisão como novo órgão da Ordem dos Arquitectos, constituído pelo Artigo 25.º-A e com as competências definidas pelo Artigo 25.º-B da Lei n.º 113/2015, de 28 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 12/2024.

INFORMAÇÃO

**Conselho de Supervisão**

- Lista A
- Lista B

Eleição dia 29 de novembro 2024

**37**  
**JANTAR DE NATAL**  
Tavira, 6 dezembro 2024

**Realização da II edição do Jantar de Natal**

A segunda edição do Jantar de Natal juntou mais de 70 pessoas em Tavira, que serviu para a confraternização entre arquitetos da região. Obrigado a todos os presentes e até 2025!



**A ACONTECER EM 2025**  
Previsto em Plano de Atividades para 2025 .

01. Cerimónia de receção aos novos membros
02. Cerimónia de atribuição da IV edição do Prémio de Arquitetura do Algarve
03. Cerimónia de atribuição da III edição do Prémio Carreira da Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos
04. Lançamento da Revista “Intersecções - Algarve”
05. Conferência formativa “Simplex Urbanístico”
06. Comemorações do Dia Nacional dos Centros Históricos
07. V edição das “Aulas Práticas” com o ISMAT
08. Palestra “Arquiteturas Transfronteiras”
09. Comemorações do Dia Internacional dos Museus
10. Cerimónia de atribuição dos premiados da II edição do PAI (Plataforma Arquitetura & Imaginação)
11. Comemorações do Dia Mundial da Fotografia
12. Jornadas Europeias do Património
13. Prova de vinhos - Mesa redonda “Arquitetura em espaço rural”
14. III edição das Jornadas Internacionais de Arquitetura do Algarve
15. Assembleia de Delegados
16. III edição do Jantar de Natal



prémio carreira  
arquitetura

2025



## ANTÓNIO PORFÍRIO MAIA

A Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos distingue a dedicação e empenho de uma vida em prol do progresso da profissão e da requalificação e classificação da paisagem.

O nosso muito obrigado.



loulé  
Aqui e Agora

MUSEU  
MUNICIPAL  
LOULÉ  
BANHOS ISLÂMICOS  
E CASA SENHORIAL  
DOS BARRETO

# BANHOS ISLÂMICOS E CASA SENHORIAL DOS BARRETO LOULÉ

RUA GARCIA DE ORTA, N.º 4

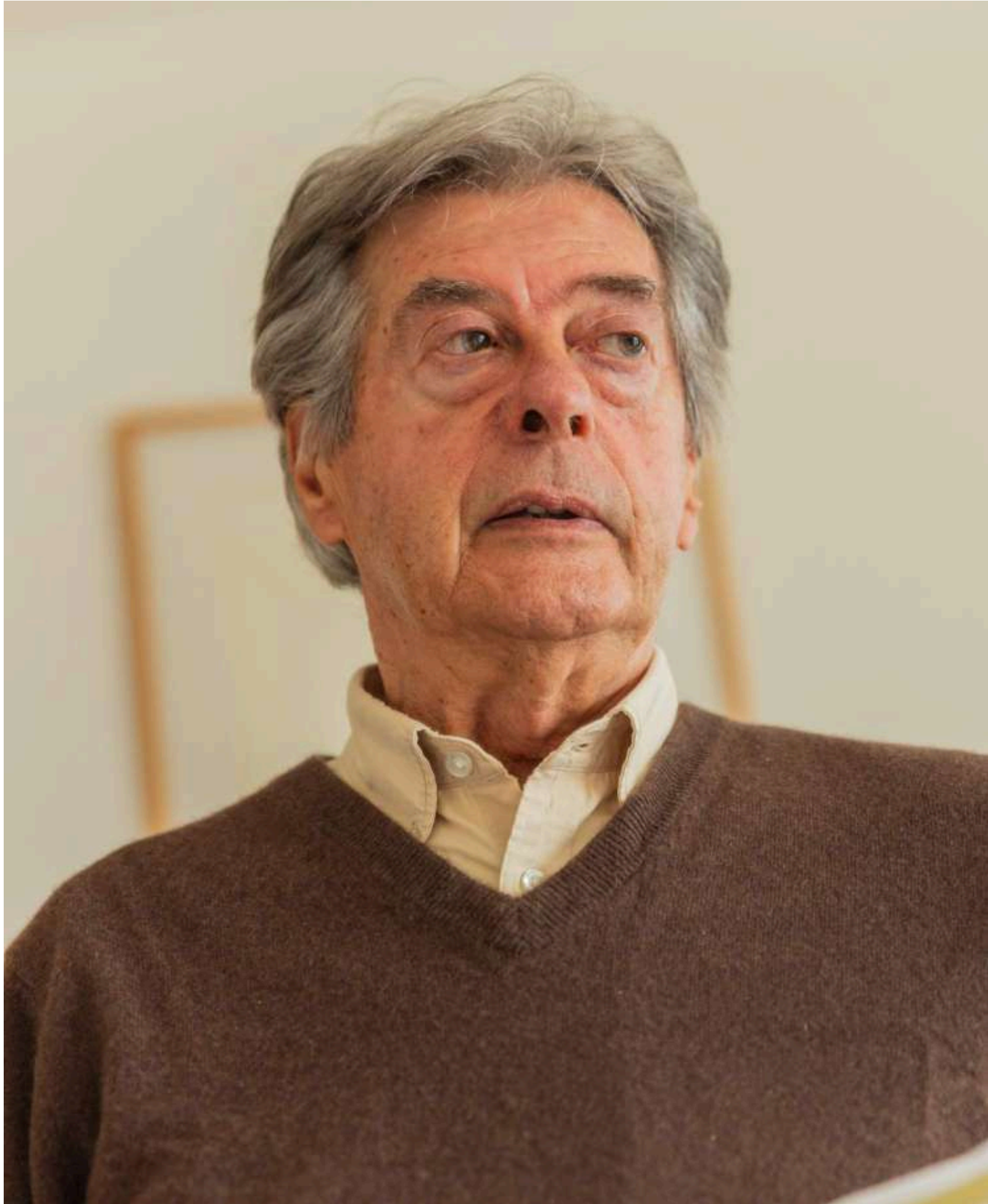
**VISITE-NOS / ENTRADA LIVRE**

TERÇA A DOMINGO  
10H00-12H30/13H30-18H00



projeto de arquitetura: atelier vsma  
fotografia: Filipa Bernardo





# QUE FUTURO PARA A REGIÃO DO ALGARVE?

“As alterações agora anunciadas (...) são uma machadada fraturante na credibilidade dos Instrumentos de Gestão Territorial, designadamente nos Planos Regionais de Ordenamento do Território.”

ANTÓNIO PORFÍRIO MAIA | ARQUITETO | EX-VICE PRESIDENTE DA CCDR ALGARVE

Por **REDAÇÃO**  
Fotos **EDUARDO RAPOSO**



O ano de 2024 foi um ano marcado pela publicação de muita alteração legislativa, que culmina com a alteração ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). Como perspetiva a transformação do território do Algarve nos próximos anos?

Em 30 de dezembro, foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei n.º 117/2024 que promove uma alteração significativa ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), permitindo o aumento da oferta de solos destinados à construção de habitação, através de um regime especial de reclassificação para solo urbano, cuja área maioritária deve obrigatoriamente ser afeta a habitação pública ou a habitação de valor moderado. Para o governo, este regime excecional, aplicável por deliberação dos órgãos municipais, não abrange as áreas mais sensíveis do ponto de vista de riscos, de conservação da natureza e de elevado potencial agrícola<sup>1</sup>.

O Governo adotou este ponto de vista crendo que “a falta de terrenos tem sido uma das principais causas do elevado custo da habitação”, e que “aumentar a oferta de terrenos de construção irá baixar preços” das casas.

### Mas será mesmo assim?

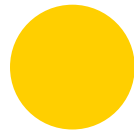
A justificação que consta no diploma agora aprovado é idêntica à que o governo de José María Aznar (PP) adotou em 1998, aquando da alteração do regime urbanístico do território espanhol. O argumento consiste em afirmar que a escassez do solo urbanizável provoca o encarecimento do preço dos terrenos e, conseqüentemente, impede o acesso à habitação, exigindo medidas liberalizadoras que visem aumentar a oferta de terrenos disponíveis para urbanizar. A Lei

<sup>1</sup> Comunicado do Conselho de Ministros de 28 de novembro de 2024.





“(...) o legislador admite que os terrenos não tenham de situar-se na contiguidade de solo urbano, conforme constava na versão anterior do RJIGT.”



de Solo espanhola de 1998 reforçou a disponibilidade de terrenos passíveis de serem urbanizados, desbloqueando as limitações à oferta de terrenos, possibilitando a todos os solos que ainda não tivessem sido classificados como urbanos ou que não exigissem um regime de especial proteção pudessem ser urbanizados, i.e., todo o solo rústico, que não exigisse uma proteção especial ou fosse considerado inadequado ao desenvolvimento urbano, passava a ser considerado urbanizável e, assim, objeto de transformação nos termos estabelecidos na legislação urbanística e do ordenamento.

Autarcas regionais e locais aperceberam-se que podiam obter imensas receitas pela alteração simplificada do regime de uso do solo, permitindo o desenvolvimento urbano e a venda subsequente do solo rústico aos promotores imobiliários, que o pagariam com empréstimo de uma caixa, administrada pelos mesmos autarcas ou por seus amigos<sup>2</sup>.

Com os preços das casas subindo, em média, 12% ao ano, o negócio parecia infalível<sup>3</sup>, ... até que a bolha estourou e a economia espanhola colapsou. Em 2006, as vendas começaram a definir e vários promotores declararam falência. Terrenos rústicos, reclassificados em urbanos, comprados com empréstimos das *cajas*, começaram a ser vistos

como mau investimento, enquanto as *cajas* ficavam saturadas de dívidas<sup>4</sup>, e, ao contrário do que tinha sido prometido, nem o preço do solo nem o preço das casas baixaram. Pelo contrário, subiram até 2007, altura em que o novo governo (PSOE) fez aprovar uma nova lei de solo (Ley 8/2007, de 28 de maio, consolidada no texto de 2008 -TRLIS 2008)<sup>5</sup>, que revogou a Lei de Solo 6/98.

Na lei 8/2007, o legislador considerou que o solo, além de ser um recurso económico, é também um recurso natural, escasso e não renovável, e como forma de garantir o acesso à habitação das classes médias e baixas determinou que os instrumentos de ordenamento urbanístico deviam prever reservas de solo adequadas e suficientes para uso habitacional nas atuações de transformação urbanística, reservando uma percentagem mínima de 30% da edificabilidade residencial sujeita a um regime de proteção pública que permitisse estabelecer um preço máximo de venda,

4 Estimativas de necessidade de capital das cajas variavam entre 15 mil milhões de dólares (segundo o Banco da Espanha) e 100 mil milhões, o que se aproximava de 10% do PIB. Em junho de 2009, Zapatero anunciou planos para um fundo de socorro de 99 mil milhões de dólares para um programa de fusões que reduziram as 45 cajas a dezasseis. E as cajas foram encorajadas, pelo Banco de Espanha, a trocar dívidas dos promotores por imóveis e terrenos, avaliados um tanto ficticiamente a um valor 10% menor do que o do pico da bolha, a fim de perfumar os balancetes e evitar a falência técnica. Contudo, as perdas excederam as estimativas iniciais.

5 Atualmente está em vigor o Real Decreto Legislativo 7/2015, de 30 de outubro, que aprovou o texto refundido da Lei de Solo e Reabilitação Urbana.

2 Isidro López e Emmanuel Rodríguez, *The Spanish Model*.

3 Isidro López e Emmanuel Rodríguez, *The Spanish Model*.

arrendamento ou outras formas de acesso à habitação<sup>6</sup>.

Os dados estatísticos revelam que as medidas liberalizadoras de 1998 não só não produziram a diminuição dos preços da habitação como fomentaram a sua subida, e que a lei do solo de 2007, apesar de limitar a expansão dos aglomerados urbanos e impor a obrigação de reservar uma percentagem de aproveitamento urbanístico para habitação acessível no solo urbanizável e no solo urbano a consolidar, fez baixar o preço dos terrenos, bem como os preços das casas e, assim, dar resposta às necessidades de muitas famílias.

As medidas liberalizadoras agora introduzidas em Portugal, tipo Todo-o-Terreno, fazem-nos regressar à transformação do solo ocorrida nos anos 70, 80 e 90 do século passado, transformação que foi apoiada num regime de financiamento especulativo que demonstrou o singular sistema bancário-imobiliário, cujo resultado foi o de o sistema público ter sido obrigado a resgatar da bancarrota o privado.

O facto de o governo afirmar que um dos critérios para a criação de áreas de construção em solos compatíveis com área urbana já existente obedecerá a uma lógica de consolidação e coerência, indicia que o legislador admite que os terrenos não tenham de situar-se na contiguidade de solo urbano, conforme constava na versão anterior do RJIGT<sup>7</sup>.

Por outro lado, uma vez que o legislador não exemplifica quais são as reclassificações para solo urbano que considera contribuir de forma inequívoca para o desenvolvimento sustentável, denota que admite várias opções conformes com este Decreto-Lei, desde as “mais sustentáveis” às “menos insustentáveis”, das mais coerentes” às menos incoerentes.

Assim, enquanto não for promulgada a portaria que irá regulamentar o disposto nos artigos 72.º e 72.º B, perspetivamos que os pedidos de reclassificarão do solo rústico para urbano irão surgir como cogumelos.

6 A lei de habitação (Ley de Vivienda), que entrou em vigor em maio de 2023, incrementou as provisões de edificabilidade residencial para habitação protegida de 30 para 40% nas novas urbanizações (solo urbanizável), e de 10 para 20% nas atuações de reforma interior em solo urbanizado.

7 Que já de si não era a melhor opção porque não contribuía para a contenção da expansão urbana, de colmatação dos espaços urbanizados e de reabilitação urbana, de modo a garantir uma ocupação racional do território.

Quanto à materialização dos projetos de urbanização e de edificação, dependerá da viabilidade económica e financeira do empreendimento.

Se estas questões não forem devidamente enquadradas juridicamente, assistiremos a mais urbanizações inacabadas e ao acréscimo de fragmentos urbanos disseminados pelo território.

#### Que impacto e relevância passará a ter o PROTAL?

As alterações agora anunciadas, mais do que constituírem “*um entorse significativo em matéria de regime genérico de ordenamento e planeamento do território, a nível nacional e local*”<sup>8</sup> são uma machadada fraturante na credibilidade dos instrumentos de gestão territorial, designadamente dos Planos Regionais de Ordenamento do Território.

#### Continuamos em plena fase de aplicação do PRR. De que modo pode o mesmo impactar na transformação das cidades? A aplicação das verbas irá traduzir-se em benefícios efetivos para a vida das populações? Principais alertas a deixar.

A primeira constatação prende-se com o facto de, em percentagem, o montante atribuído ao Algarve ter ficado abaixo do contributo da região para o PIB nacional.

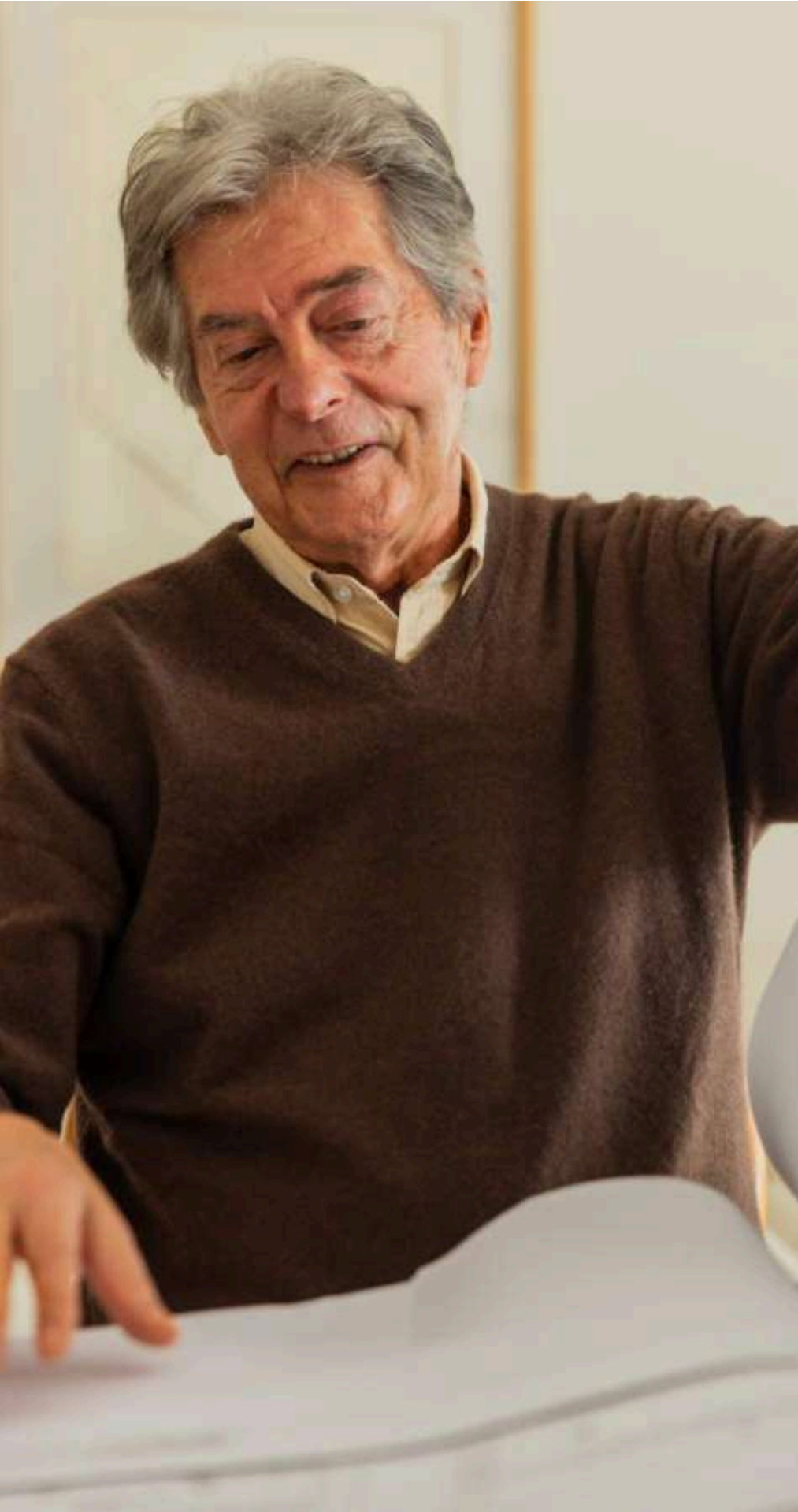
A segunda constatação é a de a construção do Hospital Central não ter sido contemplada pelo PRR.

A terceira constatação regista o reduzido número de projetos em investimento e inovação.

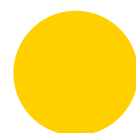
Por último, de referir que faz sentido, e saudamos, a construção da Ponte de Alcoutim – Sanlúcar de Guadiana, mas já faz pouco sentido que se utilizem verbas do PRR para reduzir perdas de água do setor urbano (43 625 022€). Para o efeito, os consumidores pagam uma tarifa mensal onde a componente fixa deve cobrir a amortização dos investimentos associados à capacidade instalada (quer o indivíduo consuma ou não). Esta componente reflete os custos que o Município tem com a manutenção, conservação e ampliação da rede de abastecimento de águas e saneamento. Às receitas da tarifa acresce a taxa pela execução, reforço e manutenção de infraestruturas

8 Comentário do Sr. Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, no ato de promulgação do diploma do Governo que altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.





“(…) em Portugal, o mercado de arrendamento deixou de compensar o investimento no imobiliário destinado a esse fim.”



“Os honorários cobrados pelos arquitectos são incompatíveis com os riscos que assumem”

“(…) o silêncio da administração deve ser entendido no sentido positivo, i.e., a administração nada tem a opor ao projeto de arquitetura.”

urbanísticas, ou seja, os municípios têm dois tipos de receita para o mesmo fim. A questão que emerge é a de saber até quando os cidadãos dos outros países da União Europeia estarão dispostos a financiar esta má gestão.

**O Algarve representa cerca de 40% do total de Alojamentos Locais do país. Considera que esta oferta se repercute numa menor disponibilidade para habitação permanente? Na sua opinião como se pode reverter a problemática da habitação numa região turística e sazonal como o Algarve?**

Como é sabido, a atividade do Alojamento local tem aspetos positivos e negativos. Por um lado, tem contribuído para a reabilitação das fachadas dos edifícios, para a rentabilização de propriedades imobiliárias e para a criação de empregos. Como aspetos negativos constata-se que os residentes são expulsos das suas habitações, a alteração dos costumes dos bairros, o desaparecimento do comércio tradicional, o aumento das dificuldades no acesso à habitação, a privatização do espaço público dificultando a circulação dos peões, e a transformação dos ditos centros históricos em parques de diversão onde existe muita animação, mas pouca cultura.

Para compreendermos o fenómeno, teremos de ter presente que em Portugal o mercado de arrendamento deixou de compensar o investimento no imobiliário destinado a esse fim.

Para reverter a situação, os Governos terão de recuperar a confiança dos senhorios e tornar o mercado de arrendamento urbano atrativo, estipulando, por exemplo, taxas de imposto sobre o rendimento das rendas abaixo dos 5% para contratos superiores a 5 anos, e estabelecer atualizações anuais das rendas antigas superiores à inflação.

Por outro lado, a resposta ao problema do acesso à habitação terá de estar associada a uma política de solos que combata a capacidade de retenção do solo, que altere a postura passiva da administração municipal e promova a competência técnica e financeira dos municípios, que as receitas geradas pelo imobiliário não sejam desviadas para outros fins<sup>9</sup>, que não são os fins para os quais foram geradas.

<sup>9</sup> Legítimos, não é isso que está em causa.

**Que desafios prevê serem os mais relevantes para a profissão de arquiteto e para a arquitetura da região a curto prazo?**

Os honorários cobrados pelos arquitetos são incompatíveis com os riscos que assumem. Considerando que os técnicos são os únicos que assinam um termo de responsabilidade em como o projeto cumpre os regulamentos e as normas em vigor (mais de 2 000 diplomas), o silêncio da administração deve ser entendido no sentido positivo, i.e., a administração nada tem a opor ao projeto de arquitetura.

O seguro de responsabilidade civil extracontratual, destinado a garantir o ressarcimento dos danos causados a terceiros por atos ou omissões negligentes deve cobrir, no mínimo, 10% da estimativa orçamental do projeto, excluindo o valor do IVA.

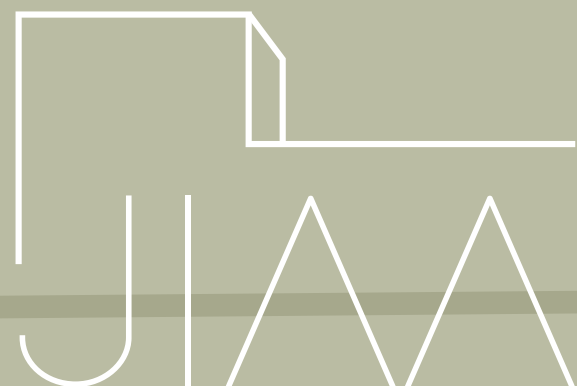
O termo de responsabilidade do coordenador do projeto deve dizer que os projetos das especialidades são compatíveis com o projeto de arquitetura. O arquiteto não tem formação técnica para afirmar que alguns projetos das especialidades cumprem com os regulamentos e normas específicas dessas especialidades.

**Nota de redação:**

ANTÓNIO PORFÍRIO MAIA possui uma vida inteira dedicada às várias vertentes da profissão: desempenhou funções técnicas na administração pública (Gabinete Técnico de Sines), foi Vereador do Urbanismo (Câmara Municipal de Faro) e Vice-presidente da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR-Alg), tendo contribuído para a elaboração e aprovação do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT-ALG). Possui ainda experiência no sector privado, com um escritório que desenvolveu vários projetos de urbanismo e construção. Participou ativamente na vida da Ordem dos Arquitectos, nomeadamente no Núcleo de Arquitectos da Região do Algarve (NARA), e posteriormente na Delegação.

Em 2025, é distinguido com o Prémio Carreira da Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos.





Jornadas Internacionais de  
**ARQUITETURA DO ALGARVE**

# III EDIÇÃO

A Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos tem a honra de convidar a marcar presença na III edição das Jornadas Internacionais de Arquitetura do Algarve, a realizar em **Portimão** em setembro de 2025 (datas a confirmar).

Acompanhe-nos nas nossas redes sociais ou em [www.oasralg.org](http://www.oasralg.org)



**ORDEM DOS ARQUITECTOS**  
SECÇÃO REGIONAL DO ALGARVE

**Valente  
Mendonça**

CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS

+351 910 503 565    Tavira

[Valentemendonca.geral@gmail.com](mailto:Valentemendonca.geral@gmail.com)



## JOSÉ MARIA LOPES DA COSTA UM ARQUITETO DO BEM COMUM, UM CIDADÃO DAS CAUSAS SOCIAIS



Por **VICTOR MESTRE** | ARQUITETO  
Fotos **ARQUIVO JOSÉ MARIA LOPES DA COSTA**  
(O autor escreve segundo o antigo acordo ortográfico)

A prática profissional do arquitecto José Maria Lopes da Costa está intimamente ligada ao seu compromisso sociopolítico, perante as necessidades básicas das comunidades mais frágeis, destacando-se a carência habitacional que acompanhou e, sobretudo, procurou soluções. No despertar da democracia pós-revolução integrou uma das brigadas do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) do Algarve, mais precisamente, o Bairro de Marim, em Olhão, denominado “11 de Março”, cuja constituição em Associação de Moradores ocorreu em 3 de Novembro de 1975 (Bandeirinha, 2007: p. 341). Este foi um tempo histórico de profunda mudança de paradigma, e de esperança, em termos de acesso à habitação, por parte das classes sociais mais desfavorecidas e que constituíam a base imutável de uma sociedade portuguesa profundamente estratificada. No Algarve, uma das singularidades dessas unidades de vizinhança destacava-se, enquanto comunidades piscatórias instaladas em bairros de cabanas de madeira e colmo, a par dos aglomerados espontâneos em plenos areais. Outras, porém, localizavam-se em zonas degradadas das cidades, como era o caso do Bairro da Sé, em Faro, entre outros casos em espaço urbano, ou em antigas fábricas e armazéns de conservas, entretanto abandonadas, onde se construíram habitações precárias, que mais não eram do que pardieiros insalubres, dispostos ao longo de caminhos transversais ao acesso (Reimão Costa, 2022: pp. 31-75). Estas realidades contrastavam com os bairros construídos pelo “Estado Novo” para as denominadas “classes pobres”, nomeadamente de pescadores e de operários, que constituíam uma minoria face à dimensão dos bairros ditos “informais”.

“Houve ali mesmo autoconstrução. Então, como havia pessoal ligado à construção civil, estava apropriado para a obra, e o único que tinha trabalho foi eleito para dirigir os trabalhos de construção. Tinha trabalho e despediu-se do emprego para vir trabalhar para nós”



O entendimento que o arquitecto José Maria Lopes da Costa tinha do realojamento destas calamidades sociais é explicado pelo próprio: “Ao princípio tive alguma dificuldade no SAAL, porque o espírito era “salve-se quem puder”! Com o andar do tempo, conseguiu-se que os interessados formassem uma associação de moradores, a Associação 11 de Março. Eram quarenta famílias, e tinham uma característica interessante: uma parte era pessoal da construção civil desempregada”, realidade que “teve uma grande importância para o sistema, que foi automático: a autoconstrução. Houve ali mesmo autoconstrução. Então, como havia esse pessoal ligado à construção civil, estava apropriado para obra, e o único que tinha trabalho foi eleito para dirigir os trabalhos de construção. Tinha trabalho e despediu-se do emprego para vir trabalhar para nós.” (Lopes da Costa e Mestre, 2023). Deve-se contextualizar este período de enorme voluntarismo e generosidade dos que tiveram a primeira experiência de participação em acções colectivas com o propósito de gerir um bem comum. O desempenho dos arquitectos envolvidos nestas acções estava para além do exclusivo acto de projectar. Inclusivamente, e a par de outros profissionais, constituirão uma linha avançada na organização de processos administrativos e jurídicos complexos que não partiam directamente de um departamento municipal, nem mesmo do Estado central.

Assistiu-se a uma experiência irrepetível de democracia directa, sem antecedentes, portando em processo de aprendizagem permanente, inclusivamente em termos de gestão, como revela o arquitecto Lopes da Costa: “Entretanto chegou o financiamento [do Fundo de Fomento da Habitação] e essa Associação resolveu que todos ganhavam por igual. Era um tanto à hora. Quer dizer, chegou até ao fim. É um dos poucos casos em que houve mesmo autoconstrução.” O que se depreende é que este processo do Bairro 11 de Março correu bem, em parte porque a experiência na construção civil dos associados se revelou eficaz na autoconstrução. A própria concepção arquitectónica, pelas suas características de ligação à cultura regional, como refere a arquitecta Ana Alves Costa: “numa interpretação erudita da arquitectura vernacular algarvia, (...) «onde as sucessões de pátios dos volumes em banda são enriquecidos com a interpretação de outros volumes, com cobertura inclinada, gerando uma imagem de conjunto que se vai ancorar na reinterpretção das referências vernaculares, um filão que na altura, ainda era muito marcante para um determinado arco geracional de arquitectos»” (Alves Costa, 2022: p. 99). Esta atitude potenciou uma fácil leitura da obra por parte dos executantes. Para além da expressão arquitectónica, a escolha dos materiais, técnicas e tecnologias, permitiu reduzir significativamente a complexidade de execução da obra.





Uma das repercussões da experiência positiva desta operação SAAL, enquanto modelo de organização associativa, projecto e acompanhamento de obra, foi a constituição da Cooptar – Cooperativa De Trabalhadores da Construção Civil de Olhão –, convidando o arquitecto Lopes da Costa que, para aceitar, impôs a condição de que a missão da cooperativa integrasse também a elaboração de projectos. Surgia assim a Cooptar, sediada em Olhão e Faro, e com ela uma das experiências de maior dimensão e sucesso do país. Os primeiros projectos de habitação cooperativa realizados permitiram estudar as tipologias de fogos em função da origem dos cooperantes, numa concepção articulada de se construir simultaneamente cidade, em termos de desenho urbano, em harmonia com os espaços comuns de socialização. Sobre o “urbanismo da habitação” refere o arquitecto Lopes da Costa: “o movimento cooperativo foi muito importante para a classe média. Para mim, houve um aspecto muito importante: a relação da habitação com o espaço exterior”. Reportava sobretudo a necessidade de se evitar que as unidades habitacionais ficassem secundarizadas em relação ao espaço destinado ao automóvel, em termos de circulação e estacionamento:

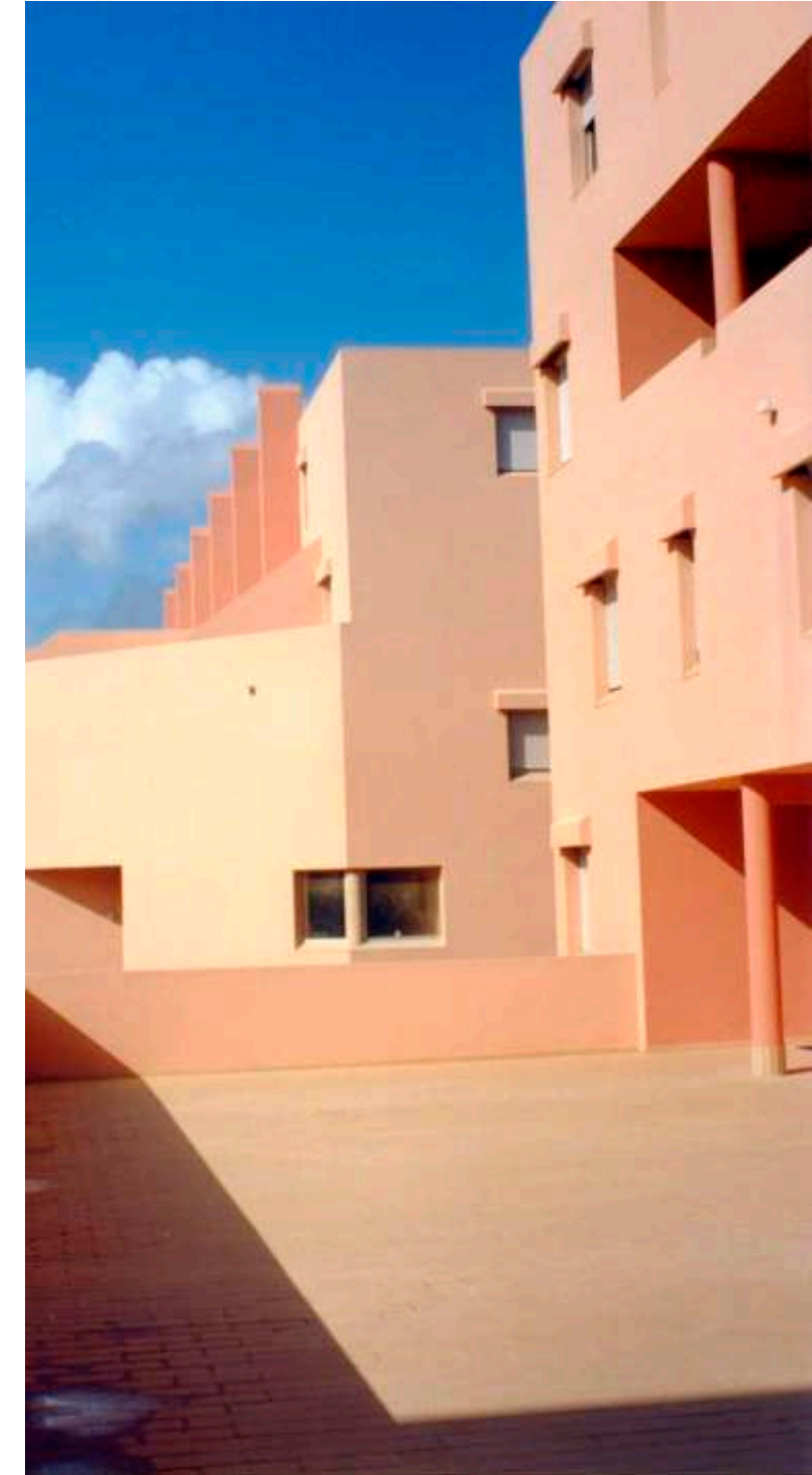
*“Nos meus projectos das cooperativas, (...) criei espaços libertos dessa dificuldade, porque considero esses espaços muito importantes para a qualidade da própria habitação que é a possibilidade de criar espaços de convívio que valorizam a habitação e a comunidade. O exemplo é a praça da Coobital”* (Lopes da Costa e Mestre, 2023). Nesse processo de fazer cidade, integrou pequenos equipamentos que promovem o encontro social, num espírito de entreajuda, sobretudo pela intergeracionalidade dos agregados familiares. Refere o pequeno comércio, o café com esplanada, e o apoio aos jovens: *“a maior parte dos cooperantes eram casais com crianças, e eu incluí nos programas, e foram feitos, infantários e parques infantis nesses espaços (...) no Bairro do SAAL, eram quarenta casais e sessenta e quatro crianças; lamento que não se tenha construído o jardim infantil”* (idem).

Lopes da Costa é uma incontornável referência na implementação das cooperativas, sobretudo por ter contribuído para uma transição possível da experiência do SAAL numa perspectiva de elevação social dos mais desfavorecidos, através da construção de habitação condigna, em período de refluxo das soluções experimentadas no pós-revolução de Abril. A cooperativa

Coobital da Praça da Paz, em Faro, inscreve-se na história da arquitectura portuguesa pela sua identidade e expressão arquitectónica, a par do que Lixa Filgueiras denominou como a “função social da arquitectura”. A Coobital é o exemplo paradigmático deste pensamento. Este conjunto arquitectónico resistiu ao tempo, enquanto construção e enquanto arquitectura, e sobretudo continua a cumprir exemplarmente a função social da arquitectura. O seu êxito passará pela concepção que teve na sua base matricial o conhecimento profundo dos cooperantes, ou seja, o trabalho do arquitecto iniciou-se muito antes da própria concepção. O arquitecto Lopes da Costa esclarece: *“A tipologia são duplex, e eu transporte para o centro urbano (Faro) a qualidade dos centros rurais, onde o caminho é um local de convívio. Fiz uma série de projectos duplex ligados em galeria, que era a rua. As pessoas saíam do elevador para a rua-galeria, para então entrarem nas suas casas. Quis trazer para a cidade a qualidade da habitação rural. O duplex caracteriza-se por, no primeiro piso, ter a cozinha e a sala de almoço e convívio; depois, sobe-se e são os quartos”* (idem).

Esta leitura da tipologia da casa rural deve-se ao facto de uma parte de cooperantes ter por origem o meio rural, sobretudo da região de Olhão. Como o número de cooperantes era elevado, requerendo cerca de cento e quarenta fogos, e a dimensão do terreno disponível (antigo campo de tiro militar cedido para habitação social) limitada, o projecto desenvolveu-se em altura. Contudo a sua implantação urbana procura rescalonar-se nos topos do empreendimento de modo a se integrar nas escalas dos edifícios envolventes. Esta localização permitiu harmonizar a integração de novos estratos sociais em continuidade social com as unidades de vizinhança preexistentes.

Um outro trabalho de referência do arquitecto Lopes da Costa é o núcleo da Coobital de Santo António do Alto, igualmente em Faro. António Baptista Coelho descreve com precisão a plasticidade da tipologia estudada: *“o «Módulo base» doméstico extremamente estudado e afinado em termos espaciais, funcionais e de fenestração – condição esta que é factor de satisfação doméstica e de economia de construção –, módulo que é depois associado de várias maneiras no quarteirão, proporcionando diversas formas de viver, seja com acesso por atraentes galerias exteriores, seja com acesso através de pequenas galerias interiores comuns pontuadas pela luz natural nas suas*



**“Nos meus projetos das cooperativas (...) criei espaços libertos dessa dificuldade porque considero esses espaços muito importantes para a qualidade da própria habitação (...)”**





*extremidades, seja com acesso através de amplos terraços onde se circula parecendo estar-se junto a moradias elevadas, pois pode-se olhar para baixo e ver-se o interior do quarteirão.”* (Baptista Coelho, 2009: p. 64)

O movimento cooperativo dos anos setenta e oitenta do século XX tem um enorme incremento sobretudo no centro e norte, com destaque para as cooperativas Chasa em Alverca, Sete Bicas em Matosinhos, Santo Ildefonso, em Ovar, Lar para Todos em Beja, Bairro da FONSECAS, em Lisboa, entre outras (Baptista Coelho, 2009: p.134-153). O núcleo da Coobital da Praça da Paz, em Faro, enquanto experiência de habitação social e de manifesto de partilha do espaço público, e construída há quase meio século, tem na sua génese a valorização do “espaço comum”, algo que se procura de novo retomar no propósito de humanizar as cidades saturadas de vias, de tráfego intenso que subtrai espaço ao convívio dos cidadãos. Stavros Stravrides, arquitecto e activista do espaço comum, procura demonstrar possíveis caminhos para “reinventar a cidade através da comunalização”, alegando que o espaço público “é uma forma activa de relações sociais, um aspecto constituinte das relações sociais, ele próprio um conjunto

*de relações”* (2021: p. 366). Este pensamento alinha em continuidade das diversas experiências realizadas no pós-guerra, como refere: “Bruno Taut, o arquitecto modernista visionário que haveria de se tornar o principal projectista de uma das maiores cooperativas de habitação de Berlim, falou nas suas inúmeras publicações sobre um «ideal social» que seria uma espécie de «socialismo num sentido apolítico, acima da política». Taut pediu abertamente aos arquitectos para ajudarem as pessoas a perceber que poderiam tornar-se «membros orgânicos (Glieder) de uma estrutura arquitectónica», a qual alojaria esta comunidade orgânica do futuro” (Stravrides, 2021: p. 180).

A questão da falta de habitação nas cidades vai surgindo em ciclos sucessivos. Contudo as soluções diferem do modo como se contextualiza as novas unidades habitacionais e os contextos onde se implantam de modo a proporcionarem relações sócio culturais permanentes e duradouras. Sobre o período da reconstrução das cidades europeias Stravrides refere: “A habitação social foi então, durante o período de Weimar, produzida em resposta a uma escassez de habitação acessível, mas também para mostrar paradigmaticamente o que a cidade de bem-estar

*planeada poderia ser”* (2021: p. 181). As intervenções do arquitecto Lopes da Costa no SAAL, e nas cooperativas de habitação, com especial relevância no caso da Coobital, têm precisamente essa visão de valorizar o espaço comum numa relação directa com a arquitectura, inclusivamente com as tipologias habitacionais. O seu modo de pensar a cidade, através da implantação da habitação acessível em contexto de valorização do espaço comum, aberto, sem barreiras e indutor de sociabilidade, permitiu que as suas intervenções, geração após geração, permaneçam estimadas e funcionais.

Um outro aspecto relevante nesta concepção urbana e arquitectónica é a localização das unidades habitacionais em locais de continuidade urbana ou mesmo no seu interior, ou seja, articulando a cidade preexistente com novos vizinhos, ampliando a comunidade sustentando as propostas em princípios de cidadania inter-classes sociais. A obra do arquitecto José Maria Lopes da Costa é simultaneamente o seu projecto de vida, para além da sua cultura apurada, caracteriza-o a sua generosidade para com o próximo, numa constante procura de contribuir para uma sociedade mais equilibrada, justa e bela.

#### Bibliografia

**Bandeirinha**, José António (2007) O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974. Coimbra- Imprensa da Universidade

**Costa**, Miguel Reimão; Costa, Ana Alves (coord.) (2022) A Cidade Participada: Arquitectura e Democracia – Algarve. Col. Operação SAAL, n.4. Tinta da China.

**Coelho**, António Baptista (2013) “ Sobre os « anos dourados » dos conjuntos cooperativos de habitação económica, 1974 – 1984. “ In Habitação para o Maior Número Portugal os anos de 1950-1980. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e Câmara Municipal de Lisboa; pp. 134-153

**Coelho**, António Baptista; Coelho, Pedro Baptista (2009) Habitação de Interesse Social em Portugal 1988-2005. Livros Horizonte.

**Stavrides**, Stavros (2021) Espaço Comum. A cidade como obra colectiva. Orfeu Negro.

**Lopes da Costa**, José Maria; Mestre, Víctor (2023) Entrevista realizada em 19 fevereiro 2023 por Víctor Mestre a José Maria Lopes da Costa. Faro (não publicada).

#### Fotografias:

Todas as fotografias são alusivas à concretização do projeto do Bairro 18 de Maio em Olhão. Arquivo José Maria Lopes da Costa.

## “A obra do arquitecto José Maria Lopes da Costa é simultaneamente o seu projeto de vida (...)”



#### Nota biográfica de José Maria Lopes da Costa:

José Maria Lopes da Costa nasceu em 24 de julho de 1935 na vila de Cucujães, Portugal. Licenciado em arquitetura pela Escola Superior de Belas Artes do Porto, inicia a sua atividade profissional no norte do País, onde foi colaborador, enquanto estagiário, dos arquitectos Arménio Losa, Rui Pimentel e Duarte Castelo Branco. Integrou ainda o Gabinete do Plano Regional de Aveiro sob a orientação do arquitecto Robert Auzelle.

Radicado no Algarve, em Faro, desde 1967, exerce a profissão em regime liberal, nomeadamente para a Empresa Turística de Vale do Lobo colaborando na revisão geral do Plano de Urbanização e em projetos tipo de casas de férias e equipamentos. Em 1974 assume, em regime de voluntariado, a coordenação do projeto da Operação SAAL da Associação 11 de Março em Olhão. Entre 1975 e 1978 integra o Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, GAPA, onde assume a responsabilidade do setor da habitação, com articulação entre os órgãos centrais de tutela e as autarquias, associações SAAL e cooperativas de habitação económica.

Com a extinção do GAPA, opta por integrar o setor cooperativo, na área do projeto, inicialmente na Bloco CRL (entre 1978 e 1981) e, de seguida, na Coopitar CRL (a partir de 1981), onde foi responsável por inúmeros projetos de arquitetura de equipamentos, habitação individual e coletiva, na sua grande maioria, de promoção cooperativa. Entre estes projetos, distinguem-se os núcleos da Coobital da Praça da Paz e de Santo António do Alto (Menção Honrosa INH/92) e o conjunto da Habijovem de Albufeira (Prémio INH/94). Em 2024, José Maria Lopes da Costa foi distinguido com o título de membro honorário da Ordem dos Arquitectos.



# O CUBISMO, O VERNACULAR E O MODERNISMO: UM DIÁLOGO DE FORMAS E ESSÊNCIAS

Por **FILIPE MONTEIRO** | ARQUITETO  
Foto **FILIPE MONTEIRO**

O modernismo na arquitetura, enquanto movimento de vanguarda, consolidou-se como um marco na transformação das expressões artísticas e construtivas, encontrando no cubismo e no vernacular pontos de interseção tão subtis quanto fundamentais. No âmago desta relação reside a busca pela essência das formas e a valorização da autenticidade, seja na abstração geométrica do cubismo, seja na simplicidade funcional da arquitetura vernacular.

O cubismo, ao desagregar a realidade em fragmentos geométricos, desafiou o olhar convencional, instigando uma nova forma de perceber o espaço. Este princípio, que redefiniu a arte visual no início do século XX, ofereceu também à arquitetura uma gramática estética que ultrapassava os ornamentos e celebrava a forma pura. Le Corbusier, um dos grandes mestres do modernismo, dialogou intensamente com esses conceitos, sintetizando volumes, planos e luz numa poética espacial que fundia o funcionalismo à beleza.

Paralelamente, a arquitetura vernacular, fruto de tradições locais e materiais disponíveis, apresenta uma simplicidade intemporal que ecoa a essência do modernismo: a procura de soluções genuínas, adequadas ao contexto físico e cultural. O modernismo, ao apropriar-se destes princípios, criou a tradição com um olhar renovado, demonstrando que a modernidade não exclui as raízes, mas sim as transforma em linguagem universal.

No contexto algarvio, esta fusão encontra eco em formas que se inspiram na pureza das casas caiadas, nos volumes brancos sob a luz intensa do sul, e na geometria orgânica das construções locais. Este território, repleto de simbolismo e contraste, oferece um testemunho vivo das intersecções entre a abstração cubista, o pragmatismo vernacular e a criatividade modernista.

É nesta perspectiva que Olhão emerge como um caso singular dentro do panorama arquitetónico algarvio e, por extensão, português. Conhecida pelo seu "cubismo" vernacular, Olhão apresenta uma paisagem urbana de formas geométricas puras, volumes cúbicos sobrepostos e uma plasticidade que transcende o pragmatismo construtivo. Este fenómeno, amplamente celebrado e analisado, traduz-se numa composição de pura abstração geométrica, que parece dialogar de forma intemporal com o ideário cubista e antecipar os valores do modernismo.

A origem deste "cubismo de Olhão" remonta às influências mouriscas, transportadas pelo legado cultural e geográfico do Mediterrâneo. As casas cúbicas caiadas, dotadas de terraços planos e volumes depurados, refletem uma adaptação perfeita ao clima quente e árido da região, permitindo a maximização da ventilação e a utilização funcional das coberturas. No entanto, a força estética destas construções transcende a sua utilidade: os alinhamentos das ruas estreitas, os



EDIÇÃO DE SELO ALUSIVO AO ALGARVE,  
Correios de Portugal - CTT, ano desconhecido.  
Ilustração: autor desconhecido

volumes sobrepostos e as sombras projetadas pela intensa luz algarvia criam uma experiência arquitetónica de profunda abstração e beleza formal.

Olhão, enquanto epítome da arquitetura vernacular algarvia, representa um território onde o pragmatismo construtivo e a estética geométrica se cruzam de maneira quase natural. Aqui, os volumes cúbicos que se destacam na paisagem não são uma expressão consciente de um movimento artístico, mas antes uma solução pragmática às condições do lugar. No entanto, estas mesmas formas inspiraram, direta ou indiretamente, arquitetos modernistas que encontraram no vernacular a base para a criação de uma linguagem arquitetónica que se desejava universal.

O modernismo, ao apropriar-se destas formas, reconheceu nelas uma universalidade que as tornou atemporais. Le Corbusier, por exemplo, via nas habitações populares a "casa de máquina para viver", uma síntese entre utilidade, racionalidade e beleza. Nas ruas de Olhão, esta síntese encontra-se em ação: a racionalidade das formas cúbicas, a honestidade dos materiais e a articulação orgânica com o território criam uma experiência arquitetónica que antecipa os valores do modernismo, mas que também os transcende.

Em última análise, as intersecções entre o cubismo

**“(...) a arquitetura vernacular e o modernismo revelam a capacidade transformadora da arquitetura enquanto linguagem cultural.”**

de Olhão, a arquitetura vernacular e o modernismo revelam a capacidade transformadora da arquitetura enquanto linguagem cultural. Este diálogo, aparentemente simples, revela uma profundidade filosófica: a unidade entre o humano e o espaço, entre o utilitário e o belo, entre o local e o global.

Olhão não é apenas um exemplo de como o vernacular pode inspirar o modernismo; é uma prova de que a arquitetura, na sua essência, é um testemunho da capacidade humana de transformar o espaço num reflexo da sua busca pelo absoluto.



## O NOVO REGIME DE RECLASSIFICAÇÃO DOS SOLOS E O IMPACTO NA REGIÃO DO ALGARVE

Por **RICARDO PRELHAZ FONSECA** | ADVOGADO  
Foto **JOÃO SOUSA**

O novo regime de reclassificação dos solos, o que esperar para a região do Algarve?<sup>1</sup>

Decorrido menos de um ano desde a entrada em vigor do DL 10/2024 (*Simplex Urbanístico*), foi publicado o DL 117/2024, que procede a nova alteração ao RJIGT.

A alteração mais significativa consiste no alargamento das possibilidades de reclassificação dos solos para edificação de habitação “*de valor moderado*”, fora da modalidade de plano de pormenor, bastando a aprovação de uma unidade de execução pela Assembleia Municipal.

Esta medida suscita dúvidas quanto à sua conformidade com o art. 65/4 da CRP, que reserva para os planos a definição do regime do uso do solo. O Presidente da República qualificou-a de “*entorse significativa*”, muito embora tenha sido a alteração à Lei de Bases promovida pelo DL 10/2024 (autorizado pela AR e promulgado sem reservas) que permitiu a

classificação do solo por mera decisão das autarquias e abriu a porta à solução agora consagrada.

O diploma visa o aumento da oferta de solo urbano para, desta forma, promover a “*construção de habitação pública e acessível (...), bem como a criação de soluções de venda a preços compatíveis com a capacidade financeira das famílias*”. Partindo do pressuposto da existência de situação de escassez de solo urbano (que não merece consenso entre especialistas), o legislador optou, novamente, por recorrer a mecanismos de exceção, que provocam incoerências e ruturas indesejáveis no sistema de normas de planeamento. Em alternativa, poderia ter clarificado o conceito de solo urbano, pondo fim a interpretações restritivas que reduzem a classificação de solos a um mero registo do existente, sem visão prospetiva, e coartam a liberdade municipal de programação, ocupação e transformação do solo. Poderia, ainda, ter criado novos instrumentos (ou agilizado os existentes) que facilitassem a operacionalização e execução dos planos em solos (já) urbanos, permitindo que os mesmos sejam efetivamente usados para os fins previstos.

<sup>1</sup> O presente artigo foi redigido antes de ter ocorrido a discussão em sede de apreciação parlamentar do diploma, pelo que o seu teor não reflete nem tem em conta o resultado desta.

“(...) o Algarve foi a única região a registar - entre 2011 e 2021 - um duplo aumento das carências habitacionais (...) onde as residências habituais representam menos de 50% (...) e onde as residências secundárias ascendem a 38,6%.”

No que respeita ao Algarve, não é expectável que as medidas agora aprovadas possam, só por si, ter um impacto significativo. A região possui especificidades próprias - que as medidas desconsideram - impassíveis de resolução apenas por via do aumento dos solos para construção.

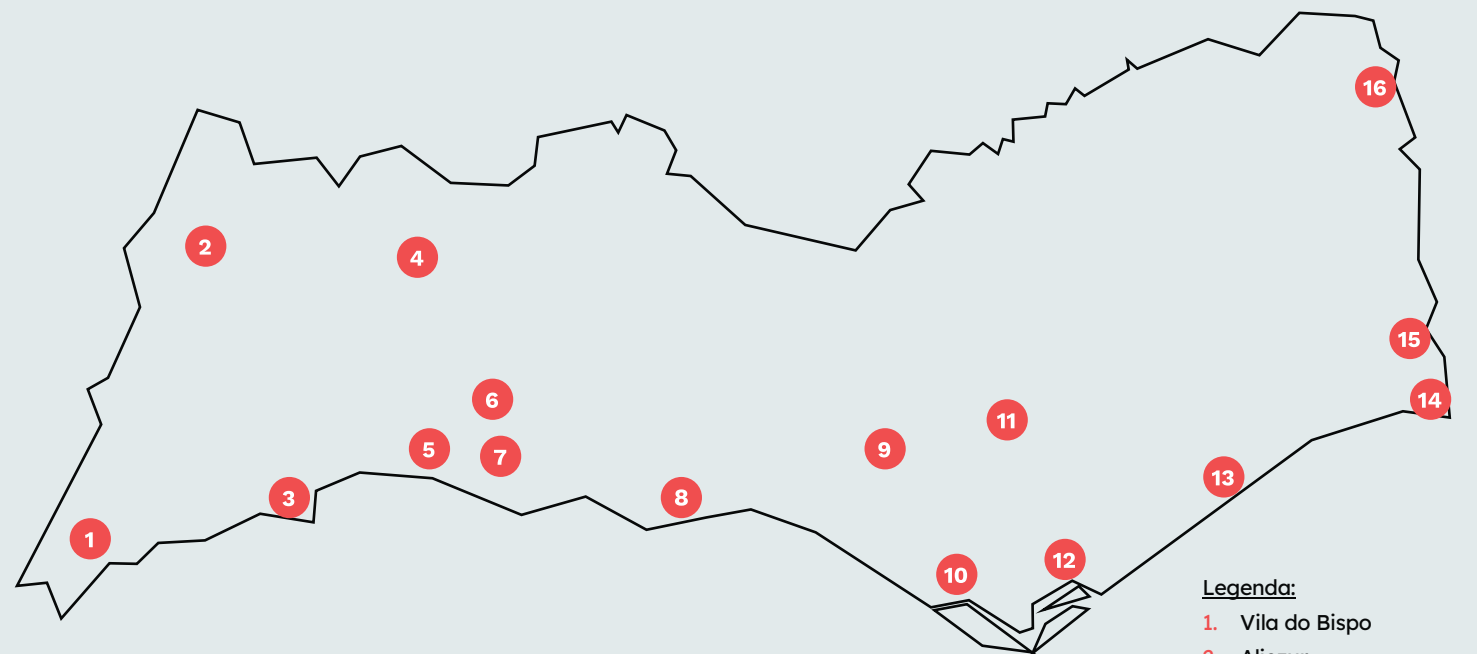
De acordo com um estudo recente do INE, o Algarve foi a única região a registar - entre 2011 e 2021 - um duplo aumento das carências habitacionais quantitativas (24,7%, num total nacional de 5,8%) e dos alojamentos vagos, sendo a região onde a diferença entre ambos é superior. É, também, a única região onde as residências habituais representam menos de 50% do alojamento total e onde as residências secundárias ascendem a 38,6%.

Os dados revelam, por um lado, um forte agravamento da crise habitacional na região na última década, e, por outro, a existência de edificado disponível (não disponibilizado) afeto a investimento ou uso sazonal, suficiente para acomodar tais carências. A procura de habitação para estes fins - sem paralelo nas demais regiões - é suficientemente elevada para absorver

grande parte da oferta disponível, o que pressiona fortemente os preços. Por sua vez, a escassez, na região, de empresas de construção e de mão de obra, o aumento dos custos de materiais, as restrições quanto aos índices de construção e número de fogos, etc., são fatores que, independentemente da disponibilidade do solo, incrementam os custos da construção e/ou limitam as rendibilidades dos promotores, compelindo-os para segmentos altos, de forte procura e melhores taxas de rentabilidade.

Também não é de esperar que o conceito de valor moderado tenha efeitos significativos na redução dos preços na região. A mediana nacional (1734€/m²) é largamente excedida pela mediana da região (2735€/m²) e por 14 dos 16 concelhos do Algarve (Loulé, Lagos e Vila do Bispo só são superados por Lisboa). Por isso, sem uma revisão dos limites atualmente previstos, facilmente se destinarão os 70% da área de construção a habitações de valor “pouco moderado”, dificilmente compatíveis com a capacidade financeira da classe média.





- Legenda:**
- 1. Vila do Bispo
  - 2. Aljezur
  - 3. Lagos
  - 4. Monchique
  - 5. Portimão
  - 6. Silves
  - 7. Lagoa
  - 8. Albufeira
  - 9. Loulé
  - 10. Faro
  - 11. São Brás de Alportel
  - 12. Olhão
  - 13. Tavira
  - 14. Vila Real Santo António
  - 15. Castro Marim
  - 16. Alcoutim

# ROTEIRO DE ARQUITETURA MODERNISMO

Por **VÍTOR MÚRIAS & RENATO CINTRA** | ARQUITETOS | SRALG | ROTEIRO

Em meados do séc. XX, a região do Algarve assistiu ao irromper do movimento modernista no contexto da arquitectura. Perante o património que a região possui, decidiu a Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos elaborar um roteiro com indicação de algumas das obras de referência no Algarve e seus arquitetos.

O modernismo no Algarve, no pós-guerra, resulta num tecido edificado significativo, possível graças a uma conjugação particular de circunstâncias políticas, económicas e sociais, onde se destacou o arquiteto Manuel Gomes da Costa.

No Porto, onde foi aluno de Carlos Ramos e colega de curso de Fernando Távora, conheceu e conviveu com

outros dois ilustres modernistas algarvios: António Vicente de Castro (1920-2002) e Manuel Laginha (1919-1985). Entre 1950 e 2002, desenhou e construiu cerca de quatrocentos edifícios na região, sobretudo no Sotavento algarvio.

O Algarve possui uma enorme variedade de obras modernistas de vários outros arquitetos de referência tais como José Veloso, Lopes da Costa, Tomás Taveira ou Keil do Amaral, entre outros.

Apresenta-se seguidamente, um conjunto de obras seleccionadas associadas ao Movimento Moderno no Algarve, sendo este apenas um excerto da diversidade possível de ser encontrada na região.



**1**  
**HOTEL DA BALEEIRA**  
(Memmo Baleeira)

**Utilização:**  
Equipamento Hoteleiro

**Projeto:**  
Arq. Jorge Ferreira Chaves

**Construção:**  
1960

**Localização:**  
Sagres, Vila do Bispo



**2**  
**CENTRO ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE**

**Utilização:**  
Equipamento Social

**Projeto:**  
Arq. Manuel Gomes da Costa

**Construção:**  
1958

**Localização:**  
Aljezur



**3a**  
**LAR DE JOVENS NOSSA SENHORA DO CARMO**

**Utilização:**  
Equipamento Social

**Projeto:**  
Arq. António Vicente de Castro

**Construção:**  
1959

**Localização:**  
Lagos



**3b**  
**PALÁCIO DA JUSTIÇA DE LAGOS**

**Utilização:**  
Equipamento Público

**Projeto:**  
Arq. Luís Amoroso Lopes

**Construção:**  
1968

**Localização:**  
Lagos



**3c**  
**EDIF. LUZTUR**

**Utilização:**  
Habitação e Comércio

**Projeto:**  
Arq. José Veloso

**Construção:**  
1978

**Localização:**  
Luz, Lagos



**3d**  
**HOTEL GOLFINHO**

**Utilização:**  
Equipamento Hoteleiro

**Projeto:**  
Arq. Francisco Botelho de Sousa

**Construção:**  
1960

**Localização:**  
Lagos





**3e**  
**BAIRRO 1.º DE MAIO / ÍNDIOS DA MEIA PRAIA (PROJETO SAAL)**

**Utilização:**  
Habitação

**Projeto:**  
Arq. José Veloso

**Construção:**  
1975

**Localização:**  
Meia-Praia, Lagos



**4a**  
**ESTALAGEM DO ABRIGO DA MONTANHA**

**Utilização:**  
Equipamento Hoteleiro

**Projeto:**  
Arq. José Veloso

**Construção:**  
1960

**Localização:**  
Monchique



**4b**  
**MERCADO MUNICIPAL DE MONCHIQUE**

**Utilização:**  
Equipamento Público (Mercado)

**Projeto:**  
(Desconhecido)

**Construção:**  
1935

**Localização:**  
Monchique



**5c**  
**CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLIVALENTE DE PORTIMÃO**

**Utilização:**  
Equipamento Social

**Projeto:**  
Arq. António Vicente de Castro

**Construção:**  
1962

**Localização:**  
Portimão



**5d**  
**HOTEL ALVOR-PRAIA**

**Utilização:**  
Equipamento Hoteleiro

**Projeto:**  
Arq. Alberto Cruz e Arq. Francisco Pereira da Costa

**Construção:**  
1967

**Localização:**  
Alvor, Portimão



**6a**  
**MERCADO MUNICIPAL DE SILVES**

**Utilização:**  
Equipamento Público (Mercado)

**Projeto:**  
Arq. Jorge Ribeiro de Oliveira

**Construção:**  
1957

**Localização:**  
Silves



**4c**  
**VILLA TERMAL DAS CALDAS DE MONCHIQUE**

**Utilização:**  
Equipamento Hoteleiro

**Projeto:**  
Arq. Sebastião Formosinho Sanchez

**Construção:**  
1964

**Localização:**  
Monchique



**5a**  
**QUINTA DO MALHEIRO**

**Utilização:**  
Habitação

**Projeto:**  
Arq. António Vicente de Castro

**Construção:**  
1955

**Localização:**  
Portimão



**5b**  
**CASA JAIME DIAS**

**Utilização:**  
Habitação

**Projeto:**  
Arq. António Vicente de Castro

**Construção:**  
1961

**Localização:**  
Portimão



**6b**  
**CASA DE RETIROS E COLÓNIA DE FÉRIAS S. LOURENÇO DO PALMEIRAL**

**Utilização:**  
Equipamento Social (Religioso)

**Projeto:**  
Arq. Manuel Gomes da Costa

**Construção:**  
1957

**Localização:**  
Pêra, Silves



**6c**  
**HOTEL GARBE**

**Utilização:**  
Equipamento Hoteleiro

**Projeto:**  
Arq. Jorge Ferreira Chaves e Arq. Frederico Sant'Ana

**Construção:**  
1962

**Localização:**  
Armação de Pêra, Silves



**7a**  
**ADEGA COOPERATIVA DE LAGOA (ADEGA ÚNICA DO ALGARVE)**

**Utilização:**  
Equipamento Industrial (Adega)

**Projeto:**  
Desconhecido

**Construção:**  
1954

**Localização:**  
Lagoa





**7b**  
**VIVENDA KEIL DO AMARAL**

**Utilização:**  
Habitação

**Projeto:**  
Arq. Francisco Keil do Amaral

**Construção:**  
1958

**Localização:**  
Alporchinhos, Lagoa



**8a**  
**CASA GUERREIRO**

**Utilização:**  
Habitação

**Projeto:**  
Arq. Manuel Laginha

**Construção:**  
1951 (atualmente alterada)

**Localização:**  
Albufeira



**8b**  
**HOTEL SOL E MAR**

**Utilização:**  
Equipamento Hoteleiro

**Projeto:**  
Arq. Fernando Silva

**Construção:**  
1965

**Localização:**  
Albufeira



**9a**  
**CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
POLIVALENTE DE LOULÉ**

**Utilização:**  
Equipamento Social

**Projeto:**  
Arq. Manuel Laginha

**Construção:**  
1958

**Localização:**  
Loulé



**9b**  
**VIVENDA FARRAJOTA**

**Utilização:**  
Habitação

**Projeto:**  
Arq. Alberto Cruz e Arq. Fernando Peres

**Construção:**  
1950

**Localização:**  
Loulé



**9c**  
**EDIFÍCIO SEGURO**

**Utilização:**  
Habitação

**Projeto:**  
Arq. Manuel Laginha

**Construção:**  
1955

**Localização:**  
Loulé



**8c**  
**APARTAMENTOS DA BALAIA**

**Utilização:**  
Habitação

**Projeto:**  
Arq. Francisco Conceição Silva e Arq. Maurício de Vasconcelos

**Construção:**  
1966

**Localização:**  
Albufeira



**8d**  
**HOTEL DA BALAIA**

**Utilização:**  
Equipamento Hoteleiro

**Projeto:**  
Arq. Francisco Conceição Silva, Arq. Maurício de Vasconcelos e Arq. Tomás Taveira

**Construção:**  
1967

**Localização:**  
Albufeira



**8e**  
**ALDEIA DAS AÇOTEIAS**

**Utilização:**  
Complexo Habitacional

**Projeto:**  
Arq. Victor Palla

**Construção:**  
1956

**Localização:**  
Olhos de Água, Albufeira



**10a**  
**CASA-ATELIER GOMES DA COSTA**

**Utilização:**  
Habitação / Atelier

**Projeto:**  
Arq. Manuel Gomes da Costa

**Construção:**  
1966

**Localização:**  
Faro



**10b**  
**MERCADO MUNICIPAL DE FARO**

**Utilização:**  
Equipamento Público (Mercado)

**Projeto:**  
Arq. Jorge Ribeiro de Oliveira

**Construção:**  
1953

**Localização:**  
Faro



**10c**  
**EDIFÍCIO PIRES & BRITO**

**Utilização:**  
Habitação

**Projeto:**  
Arq. Manuel Gomes da Costa

**Construção:**  
1973

**Localização:**  
Faro





**10d**  
**HOTEL EVA**

**Utilização:**  
Equipamento Hoteleiro

**Projeto:**  
Arq. Alberto Cruz

**Construção:**  
1966

**Localização:**  
Faro



**10e**  
**CASA GAGO ROSA**

**Utilização:**  
Habitação

**Projeto:**  
Arq. Manuel Gomes da Costa

**Construção:**  
1955

**Localização:**  
Faro



**10f**  
**CASA DE FÉRIAS NA PRAIA**

**Utilização:**  
Habitação

**Projeto:**  
Arq. Manuel Gomes da Costa

**Construção:**  
1953

**Localização:**  
Ilha de Faro, Faro



**12a**  
**CASA DO POVO DE MONCARAPACHO**

**Utilização:**  
Equipamento Social

**Projeto:**  
Arq. Manuel Gomes da Costa

**Construção:**  
1970

**Localização:**  
Moncarapacho, Olhão



**12b**  
**CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
POLIVALENTE DE OLHÃO**

**Utilização:**  
Equipamento Social

**Projeto:**  
Arq. Manuel Laginha e  
Arq. Rogério Martins

**Construção:**  
1954

**Localização:**  
Olhão



**12c**  
**BAIRRO 11 DE MARÇO (PROJETO SAAL)**

**Utilização:**  
Habitação

**Projeto:**  
Arq. José Lopes da Costa

**Construção:**  
1976

**Localização:**  
Olhão



**10g**  
**CASA DE NADADORES SALVADORES**

**Utilização:**  
Habitação

**Projeto:**  
Arq. João Ramires Fernandes

**Construção:**  
1968

**Localização:**  
Ilha de Faro, Faro



**11a**  
**POUSADA DO ALGARVE**

**Utilização:**  
Equipamento Turístico

**Projeto:**  
Arq. Miguel Jacobetty

**Construção:**  
1942

**Localização:**  
São Brás de Alportel



**11b**  
**CENTRO DE SAÚDE  
(ANTIGO HOSPITAL)**

**Utilização:**  
Equipamento Público (Saúde)

**Projeto:**  
Arq. Carlos Ramos

**Construção:**  
1966

**Localização:**  
São Brás de Alportel



**12d**  
**BAIRRO DOS PESCADORES DA  
FUSETA**

**Utilização:**  
Habitação

**Projeto:**  
Arq. Carlos Ramos

**Construção:**  
1933

**Localização:**  
Olhão



**12e**  
**ESTAÇÃO DE SOCORRO A  
NÁUFRAGOS**

**Utilização:**  
Equipamento Público

**Projeto:**  
Eng. Henrique Valdez

**Construção:**  
1951

**Localização:**  
Fuseta, Olhão



**13a**  
**COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS  
PRODUTORES DE AZEITE DE SANTA  
CATARINA**

**Utilização:**  
Equipamento Industrial

**Projeto:**  
Arq. Manuel Gomes da Costa

**Construção:**  
1960

**Localização:**  
Tavira





**13b**  
**POSTO DA GUARDA FISCAL**

**Utilização:**  
Equipamento Público

**Projeto:**  
Arq. Carlos Ramos

**Construção:**  
1938 (atualmente alterado)

**Localização:**  
Livramento, Tavira



**13c**  
**IGREJA DE SANTA LUZIA**

**Utilização:**  
Equipamento Público (Religioso)

**Projeto:**  
Arq. Manuel Gomes da Costa

**Construção:**  
1958

**Localização:**  
Tavira



**14a**  
**CASA ROSA MENDES**

**Utilização:**  
Habitação

**Projeto:**  
Arq. Manuel Gomes da Costa

**Construção:**  
1957

**Localização:**  
Vila Real de Santo António



**MANUEL GOMES DA COSTA**  
(1921-2016)

Manuel Gomes da Costa (1921-2016): o motor da arquitetura moderna algarvia.

A sua sensibilidade plástica e a sofisticação das fachadas que criou influenciaram os seus pares, dando origem à expressão “à moda de Gomes da Costa”.



**MANUEL LAGINHA**  
(1919-1985)

Manuel Maria Laginha nasceu a 9.4.1919 em Loulé. Ingressou na Escola Superior de Belas-Artes (Lisboa) e mais tarde transferiu-se para o Porto, onde se licenciou em Arquitectura. Iniciou a carreira em 1948 no Município de Lisboa e em 1952 integrou o Ministério das Obras Públicas, onde se destacam os seus planos de urbanização em vários locais do país. Fez parte da direção do Sindicato Nacional dos Arquitectos (1952-1954). Recebeu ainda o Prémio Valmor (1957).



**JOSÉ VELOSO**  
(1919-2024)

Natural de Lagos, José Veloso, o último dos arquitetos modernistas algarvios, coordenou equipas de projecto com o Fundo de Fomento da Habitação no Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) - 1974 a 1976. Candidato pela CDU à Assembleia da República, pelo círculo do Algarve, participou em cerca de 20 operações SAAL, no Algarve, que, no pós-25 de Abril, permitiram atribuir casas condignas a milhares de algarvios como O Bairro da Meia-Praia (Lagos), imortalizado por Zeca Afonso na sua música “Índios da Meia Praia”.



**14b**  
**ESTAÇÃO DE COMBOIOS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**

**Utilização:**  
Equipamento Público (Transportes)

**Projeto:**  
Arq. Cotinelli Telmo

**Construção:**  
1945

**Localização:**  
Vila Real de Santo António



**14c**  
**CASA DE FÉRIAS GOMES DA COSTA**

**Utilização:**  
Habitação

**Projeto:**  
Arq. Manuel Gomes da Costa

**Construção:**  
1998

**Localização:**  
Vila Real de Santo António



**15**  
**MERCADO MUNICIPAL DE CASTRO MARIM**

**Utilização:**  
Equipamento Público (Mercado)

**Projeto:**  
(Desconhecido)

**Construção:**  
1950

**Localização:**  
Castro Marim



**ANTÓNIO VICENTE DE CASTRO**  
(1920-2002)

Nascido em Lisboa, viveu a sua infância e juventude em Lagos. Abandonou a Escola de Belas Artes de Lisboa e rumou ao Porto, onde vingava uma corrente arquitetónica internacional e Moderna. Foi discípulo do Arq. Carlos Ramos. Regressado ao Algarve, fixou-se em Portimão, onde durante mais de 40 anos produziu uma vasta obra de arquitetura e urbanismo enquadrada no Movimento Moderno.



**JOSÉ LOPES DA COSTA**  
(Cucujães, 1935)

Fixou residência em Faro, onde coordenou o projeto da Operação SAAL em Olhão (1974) e integrou o Gabinete de Planeamento da Região do Algarve (1975-1978). Foi assessor técnico da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António (1983-1986). Na sua obra destaca-se a importância social da arquitetura em prol das condições habitacionais das populações do Algarve e do espaço urbano da região.

# **ORDEM DOS ARQUITECTOS**

**RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL DA ORDEM DOS ARQUITECTOS AOS ARQUITETOS MODERNISTAS DO ALGARVE:**

**Membro Honorário:**  
2005 - Manuel Gomes da Costa  
2019 - Manuel Laginha  
2021 - José Veloso  
2024 - José Lopes da Costa

**Prémio Carreira da Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos:** (desde 2020)  
2021 - José Veloso  
2024 - José Lopes da Costa



# M

## MANUEL GOMES DA COSTA: RESSONÂNCIAS DE UMA MODERNIDADE SINGULAR

Por **GONÇALO VARGAS** | ARQUITETO  
Foto **ARQUIVO MANUEL GOMES DA COSTA**

O arquiteto Manuel Gomes da Costa (1921–2016) pode ser descrito como um cometa que cruzou os céus do Algarve durante a segunda metade do século XX, deixando um impacto profundo e duradouro por onde passou. Irrompeu brilhante, num contexto que muitos considerariam inóspito para a arquitetura moderna, e trouxe consigo uma nova energia que transformaria, de forma definitiva, o tecido urbano de Faro e de outras cidades importantes da região.

Iniciar este texto é revisitar os muitos momentos vividos em equipa com o arquiteto Gomes da Costa num passado já distante, durante o intenso processo de estudo e reunião de conteúdos para a exposição itinerante MGC-Moderno ao Sul, em 2009, de que fui comissário.

Na altura, o objetivo era claro: integrar a obra de Gomes da Costa na memória coletiva dos algarvios, de forma que, através do seu conhecimento, a população atuasse como vigilante deste património “novo”, agora reconhecido e em grande perigo de transformação e que, por desconhecimento, arriscaria (e arrisca) uma crescente degradação e desapareção gradual, como aconteceu tantas vezes até aqui.

Em simultâneo e em lenta, mas firme progressão, o nome de Gomes da Costa e alguns dos seus colegas contemporâneos, como Manuel Laginha e Vicente Castro, foram catapultados para a riquíssima esfera do Moderno Português, à medida que muitas teses, estudos, artigos e livros foram sendo desenvolvidos por estudantes, arquitetos e historiadores em muitas Universidades de Portugal e Espanha.

Muitas ações de divulgação e proteção deste património foram desenvolvidas, entretanto, ao longo dos últimos anos, como são exemplos os recentes eventos anuais de Modernismo em Faro, a recriação de casas modernistas da cidade para o ambiente do jogo Minecraft pelos alunos das escolas do concelho, ou a classificação de interesse Municipal de uma parcela grande da cidade, que define regras restritas de intervenção em edifícios Modernos, numa sucessão contínua de ruas e bairros da cidade, constituindo, ainda agora, algo muito raro no país.

Entre a surpresa inicial que a sua arquitetura provocou e o reconhecimento gradual por parte da comunidade, a história de Gomes da Costa reverbera como um momento excecional na modernidade portuguesa. As suas obras, embora muitas vezes apropriadas e deformadas pelo tempo, mantêm a resistência e a graça que apenas uma arquitetura profundamente enraizada no lugar pode oferecer. Hoje, revisitar a sua obra é



Manuel Gomes da Costa,  
Vila Real de Santo António, 2009.

“Os primeiros onze anos da minha vida em Vila Real de Santo António ficaram para sempre gravados na minha memória. Nesse tempo aprendi o que era a vida“

também revisitar um momento em que a arquitetura do Algarve, através da visão e do trabalho de um homem só.

Desde o início, de forma muito resumida, esta é uma possibilidade de descrever esta história :

- Gomes da Costa nasce em Vila Real de Santo António, a 1 de Janeiro de 1921. Filho de comerciantes, ainda em criança denota especial talento artístico, tal como o irmão mais velho, Joaquim da Costa Rebocho, reconhecido artista plástico anos mais tarde. Após a morte do seu pai, com apenas 11 anos, segue para junto do irmão, que na altura se prepara para terminar o curso de pintura nas Belas Artes de Lisboa. Como referia Gomes da Costa, em entrevista em 2010, a propósito desses tempos de meninice em VRSA:

*“Os primeiros onze anos da minha vida em Vila Real de Santo António ficaram para sempre gravados na minha memória. Nesse tempo aprendi o que era a vida – o movimento incansável dos trabalhadores das fábricas de conserva, dos pescadores, dos estivadores ... do Mestre Félix que todos os dias, levava atum fresco à casa dos meus pais! As memórias de menino desse contacto com a gente de trabalho da Vila marcaram-me profundamente até hoje.”*

Já em Lisboa, ingressa no curso Industrial da Escola Maria Pia e, posteriormente, no Instituto de Engenheiros



Técnicos com a intenção de fazer o exame de admissão às Belas Artes.

Aos 20 anos, já se encontra no curso de Arquitectura das Belas Artes de Lisboa, onde estuda com descontentamento durante um ano, que não termina, não só devido ao tipo de ensino academista fomentador de uma linguagem arquitectónica coerente com os cânones do Regime, mas sobretudo, devido à pressão que a PIDE exercia sobre a escola, professores e alunos, como dizia Gomes da Costa : “ a sede da Pide era logo ali ao lado! Eles iam entreter-se a espiar o que a malta andava fazendo ... aquilo dava-me uma raiva ! – não havia condições, sentia-me preso naquele ambiente fechado.”

Passado esse primeiro ano, rumo ao Norte, para a escola de Arquitectura das Belas Artes do Porto. Lá encontra um “ambiente liberal, muito aberto, de agradável camaradagem entre colegas e professores, completamente diferente da Escola de Lisboa. Vivi no Porto dessa altura os melhores anos da minha vida. Era espetacular!”.

“No Porto conviveu com outros dois ilustres modernistas algarvios: António Vicente de Castro (1920-2002), de Lagos e de quem foi amigo muito próximo durante toda a sua vida, e Manuel Laginha (1919-1985), de Loulé. Os três partilharam não só a hospedagem na cidade, mas também, um interesse ávido pelos desenvolvimentos mais recente arquitetura internacional: Gomes da Costa tinha por hábito adquirir revistas francesas e italianas e arquivar, na memória, os projetos publicados – de Le Corbusier a Gropius passando por Bakema e Terragni –, informação à qual depois todo o grupo recorria, para referência nos trabalhos académicos. Nasceu assim, naquele meio o fascínio, também ele colectivo, pelo trabalho dos brasileiros Costa, Reidy e Niemeyer das décadas de quarenta e cinquenta que marcaram fortemente as primeiras obras dos três arquitetos algarvios.” (Ricardo Agarez – 2016)

Finaliza o curso em 1949, com o projeto para o mercado municipal de Vila Real de Santo António, com que obtém a 1ª medalha de mérito e a nota de 20 valores. Nesse ano integra o ODAM (Organização dos Arquitectos Modernos) e adere ao MUD Juvenil (Movimento de Unidade Democrática) e graças às altas notas conseguidas durante o curso, obtém a Bolsa Ventura Terra.



Manuel Gomes da Costa (drt)  
Escola de Arquitectura das Belas Artes, Lisboa  
(ano desconhecida).



Manuel Gomes da Costa (esq.) e Vicente Castro (drt)  
Pensão do Porto, (ano desconhecida).

Ref. Bibliográfica:

Agarez, Ricardo, (2016), Algarve Building: Modernism, Regionalism and Architecture in the South of Portugal, 1925-1965 (London and New York: Routledge, 2016).



“Esse grande círculo social e cultura, dos encontros no Café Aliança, foi muito importante na disseminação do traço do Gomes da Costa na cidade (de Faro).”

Já casado e com 3 filhos, depois de passagens por Lisboa, onde trabalha com o arquiteto Fernando Silva (na execução do projecto do cinema São Jorge) e por Vila Real de Santo António, acaba por estabelecer-se em Faro, onde prepara a sua tese (projeto da Cooperativa Agrícola de Santa Catarina da Fonte do Bispo), que irá apresentar na Escola de Belas Artes, em Lisboa.

Passado algum tempo, já em 1953 e definitivamente a residir em Faro, a sua primeira obra construída entra no radar da crítica de Lisboa e do Porto sendo publicada na Revista “A Arquitectura Portuguesa, Cerâmica e Edificação” (nº3/4 de Abril de 1953), saudada por engano com a expressão “Milagre em Loulé”, uma vez que a obra era em Faro.

O projeto define-se com uma surpreendente radicalidade de forma e conceito, pouco usuais para a cidade de Faro dessa altura. Esse projeto de arranque é marcante para a carreira de MGC, mas muitos se seguiriam, como a casa “Gago Antão” ou a montra da papelaria Artys, que pelas palavras do arquiteto, foram responsáveis por uma certa "contaminação" no gosto e pretensões arquitetónicas de grande parte da elite cultural Farense, que como Gomes da Costa, era acérrima resistente ao regime  
Esse grande círculo social e cultural, dos encontros do Café Aliança, foi muito importante na disseminação do traço do Gomes da Costa na cidade. A sua arquitetura trazia a frescura da novidade, a vanguarda de fora, uma espécie de formalização arquitetónica dos ideais de esquerda anti-regime que passavam completamente por baixo do radar da PIDE e da censura.



Manuel Gomes da Costa  
Casa “Milagre em Faro”, Faro, 1953

Ao longo de mais de cinco décadas de trabalho árduo, trabalhando sempre sozinho, apurando continuamente a sua expressão arquitetónica, Gomes da Costa definiu uma rede de relações pessoais e profissionais que lhe permitiram transformar-se, a partir da década de 60, no projetista de referência para um amplo leque de obras na cidade de Faro em especial, onde projetou e construiu centenas de obras.

Esse reconhecimento da comunidade – formalizado na maior parte das vezes em encontros no Café Aliança, na papelaria Silva onde “conseguia ir buscar os livros e revistas censuradas pela PIDE” e, mais tarde, na pastelaria Gardy – traduziu-se no apoio das instâncias municipais e regionais e em encomendas de clientes como o Bispado do Algarve, os principais promotores imobiliários da região, responsáveis oficiais e engenheiros civis / construtores de Faro e de outros centros do Sotavento.

“O arquitecto e a sua corte alargada de seguidores foram apoiados, de forma essencial, por figuras e comunidades locais ávidas(...) O renascimento modernista de uma cidade como Faro, resultando num tecido edificado que se pode considerar hoje um exemplo admirável de modernismo regional, foi possível graças a uma conjugação particular de circunstâncias políticas, económicas e sociais – mas quem desenhou a face deste renascimento foi, em muito significativa medida, o arquitecto Manuel Gomes da Costa.” (Ricardo Agarez – 2016).



Fácil de reconhecer, o “vocabulário” Gomes da Costa evoluiu ao longo do tempo, desde uma linguagem próxima da Escola do Porto e dos mestres internacionais e Brasileiros para um estilo cada vez mais pessoal e livre no fim da sua carreira como Arquitecto em 2002.

Em qualquer dos casos, em qualquer dos tempos, Gomes da Costa sempre procurou uma arquitetura informada que reflectisse com responsabilidade os valores do seu tempo, “leve, solta, democrática, humana, adaptada ao lugar e ao clima, ao serviço e ao alcance do maior número”.

Ao longo da sua carreira, para além do programa habitacional corrente, teve muita expressividade o desígnio do equipamento público, em que se destacam entre outras a Colónia de férias de Alcantarilha, o Colégio da Nossa Senhora do Alto em Faro, a Capela de Santa Luzia, a Cooperativa Agrícola de Santa Catarina da Fonte do Bispo que está a ser recuperada e alterada para vir a ser o Museu Zero, ou a Creche de Aljezur, actualmente em ruínas.

*“Esta rede regional de equipamentos, notável enquanto programa funcional e na sua realização formal, (...): para vingar no Algarve, a arquitectura moderna teria de encontrar um compromisso com as práticas construtivas tradicionais locais. Soluções comuns e bem testadas em contextos específicos – o muro de pedra solta em Loulé, a cobertura plana em Olhão e Faro, o rendilhado de madeira em Tavira ou o telhado de água simples no Barrocal – foram apropriadas, reformuladas e conciliadas com elementos recorrentes no léxico internacional – da estrutura visível à quebra de barreiras interior/exterior (...). Não abdicando de princípios modernistas (‘verdade’, contemporaneidade, abstracção), estes edifícios garantiam uma materialidade (textura, massa, cor) relevantes para a região e os seus hábitos construtivos.”* (Ricardo Agarez – 2016)

Gomes da Costa foi um indivíduo singular, talvez o maior representante da geração Moderna no Algarve. A partir de Faro, o seu impacto alargou-se a outras cidades como Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Aljezur e pelo interior do Algarve, criando uma rede de edifícios que ressoam os princípios do Movimento Moderno, mas que recusam o racionalismo frio, optando por uma arquitetura orgânica, movimentada, lúdica e humanizada. A sofisticação das suas



Manuel Gomes da Costa  
Casa “Alfredo Gago Rosa”, Faro, 1955.



Manuel Gomes da Costa  
Ampliação do “Colégio do Alto”, Faro, 1960.



Manuel Gomes da Costa  
“Cooperativa de Santa Catarina da Fonte do Bispo”, Tavira, 1960.

## “Gomes da Costa foi um indivíduo singular, talvez o maior representante da geração Moderna no Algarve”

fachadas e a inventividade das suas soluções reflectiam uma modernidade vibrante e dinâmica, em oposição à cinzenta homogeneidade do Portugal de então. Para os clientes e elites locais, ansiosos por uma modernidade que correspondesse às suas aspirações, Gomes da Costa era o arquitecto que traduzia esses desejos em formas concretas. Em simultâneo teve uma influencia directa em várias gerações de profissionais do sector. A sua abordagem inspirou empreiteiros, engenheiros civis, designers técnicos e mestres de obra que durante a sua carreira e após, impressionados pela sofisticação dos seus edifícios, volumetrias e alçados, começaram a desenhar e construir “à maneira de Gomes da Costa”.

Este movimento, ao mesmo tempo local e cosmopolita, ajudou a consolidar Faro como um exemplo de vanguarda regional, adaptado às especificidades culturais e climáticas do Algarve, em sintonia com as tendencias internacionais da época.

A sua extraordinária capacidade de combinar leveza, modernidade e adaptação ao lugar produziu um legado que se destaca ainda hoje, tanto pela sua dimensão estética como pelo impacto social e cultural na região.

*“Para sermos arquitectos temos de ter noção do nosso dever social! Temos de compreender profundamente a sociedade em todos os seus diferentes estratos e detalhes para podermos actuar com total conhecimento e consciência”.*

### Manuel Gomes da Costa (1921–2016)

Membro honorário pela Ordem dos Arquitectos, 2005

A exposição “MGC - Arquitetura ao Sul” encontra-se patente no Arquivo Distrital de Faro, de segunda a sexta-feira, das 09h30 às 16h00.



Manuel Gomes da Costa  
Edifício “Pires & Brito”, Faro, 1973.



Manuel Gomes da Costa  
Edifício “Tridente”, Faro, 1979





# VICENTE DE CASTRO

## O MODERNO ETERNO

Por **LUISA CASTRO** | ARQUITETA

Cedo percebi, muitas vezes com juvenil embaraço, que o meu Pai era muito diferente dos demais. Tomou a seu cargo a minha formação e, há mais de 50 anos atrás, era o único homem nas reuniões de encarregados de educação. E, há mais de 50 anos atrás, vi-o travar batalhas impensáveis na época, como, por ex, a minha não assistência às aulas de “Religião e Moral”. Se, depois do 25 de Abril, isso passou a ser legalmente aceite (não, logo, socialmente), antes não o era certamente. E era isto que ele fazia: tinha uma convicção, sabia-a contra corrente, mas lutava por ela porque a sabia certa.

E foi esta a sua postura durante toda a vida. Um homem de fortíssimas convicções (muito à frente do seu tempo!), que nunca se coíbiu de expor até numa optica formativa (achava que devia mostrar aos outros um caminho diferente), mas que muitas reacções adversas ganhou, neste meio provinciano e pequeno-burguês, nada dado a inovações.

É com esta sede do novo, do mais justo e a vontade de cortar formalismos vazios e dinâmicas sociais “do passado” (ainda tão presente), que ele abraça convictamente - num meio académico riquíssimo de “actores de primeira plana” com quem conviveu, nas áreas da pintura, escultura ou literatura e, claro, da arquitectura - o Movimento Moderno no seu todo; e, consequentemente, uma consciência política de esquerda. A sua geração ia cortar amarras e transformar

o mundo e definitivamente. “O Moderno é o Eterno” ou “o Eterno é o Moderno”, ouvi-o dizer.

Suspenso da Escola de Belas Artes de Lisboa mas, simultaneamente, sabedor dos ventos modernos que grassavam na Escola do Porto, foi lá que concluiu a sua formação.

Regressado ao Sul de origem, tal como os seus companheiros do Sotavento, Laginha e Gomes da Costa, vai disseminar, no seu caso principalmente no Barlavento algarvio, uma obra arquitectónica totalmente inovadora, de linguagem moderna e tão bem entrelaçada no território. Se vibrava com exemplos internacionais que lhe chegavam em revistas como L’architecture d’Aujourd’hui, pode ler-se nas suas Memórias Descritivas ou trocas de correspondências com autoridades renitentes a determinado projecto, a defesa das suas obras como expressões reais locais, sem “mimetismos bacocos”. Ou seja: soube bem interpretar necessidades e conceitos locais à luz do seu conhecimento moderno e espírito precursor.

Voltou ao Porto para me acompanhar numa altura de provas. Vi-lhe os olhos brilharem enquanto o comboio passava a ponte sobre o Douro, devagarinho... uma travessia que me tinha descrito vezes sem conta antes de eu a fazer. E vi-lhe o entusiasmo estudantil enquanto caminhava pela cidade que o transformou.



Vicente Castro e sua filha Luísa Castro na casa na Rocha (ano desconhecido)  
Foto: Dinís de Sousa Pires

No escritório, destinou-me o estirador pequeno, desenhado por ele ainda na juventude e que fora o seu primeiro. E foi nele que me ensinou a cerimónia de prender o papel vegetal com pioneses (os que toda a vida ele levava para casa presos aos sapatos..), a passar um projecto do esboço à mão para medidas à escala, com lapiseira, nas enormes réguas T, a colocar o papel vegetal para tinta novamente com pioneses, e a passar o desenho a limpo com as “rotrings”. “Não copias simplesmente o que está por baixo, estás sempre a melhorar”, dizia, principalmente para as letras que desenhávamos à mão. Para apagar algum erro, era preciso raspar levemente com as lâminas de barbear, passar a borracha azul e, finalmente, a borracha de lápis. Outro ritual era o das cópias na máquina heliográfica. O cheiro a amoníaco na sala onde eu, em criança, não podia entrar..

Ahh, mas lá atrás no tempo, aquele escritório onde cresci não era um simples atelier de arquitectura. Era um espaço mágico com cores, luminosidade e cheiros próprios. E musica, claro! Beethoven, Chopin, mas também Tchaikovsky ou Shostakovich, eram presenças constantes. Papel e cores não me faltavam e eu via os meus “projectos” na parede, ao lado dos dele! Era também um local de conversas e encontros políticos. No pós 25 de Abril, que viveu com a intensidade dos que há muito aguardavam, muitos cartazes se desenharam lá, impressos, depois, na máquina heliográfica e, finalmente, pintados, à mão - Os cravos, vermelhos, claro!

A obra de Vicente Castro integrou a exposição itinerante sobre a Geração Moderna em 2002, a qual integrava ainda obras de Rui Jervis Athouguia e José Pires Branco.

*“António Vicente de Castro (1920-2002), arquitecto português, foi protagonista chave e um dos precursores da arquitectura do Movimento Moderno no Barlavento Algarvio. Desenvolveu uma obra de valor incontornável que é considerada, ainda hoje, de grande validade no que toca à sua originalidade e inovação. Pontuou o território algarvio com projectos de forte carácter expressivo, onde ficam evidentes: a tendência decorativa, a diversidade cromática e de texturas, o contraste na escolha de materiais de revestimento, a conjugação entre materiais modernos e tradicionais e o jogo arquitectónico entre luz e sombra por recurso a sistemas de sombreamento modernos. Na sua obra podem ser destacados os seguintes projectos: o Posto Rodoviário de Lagos/Estalagem S. Cristóvão (trabalho final de curso); a Creche de Lagos (actual Centro de Assistência Social Lucinda A. Santos); e, em Portimão, onde desenvolveu a grande maioria dos seus projectos: o edifício habitacional J. L. Branco, o Antigo Posto da SACOR, o edifício Macedo, a Moradia Dr. Vazão Trindade, a Moradia Bragança e a Moradia Eng. Jaime Dias. O edifício Lar da Criança (Portimão, 1959) é uma das criações mais emblemáticas de António Vicente de Castro, marcada pelo equilíbrio entre inovação e funcionalidade, constituindo um exemplo fiel da importância do legado arquitectónico desenvolvido pelo arquitecto no território algarvio.”*

Professora Ana Tostões (Presidente do Docomomo International) em 11.05.2016, na Síntese Histórica do REQUERIMENTO INICIAL DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS à Direcção Geral do Património Cultural, propondo a Classificação do Lar da Criança, originalmente o Centro de Assistência Social Polivalente de Portimão.



# A SINGULARIDADE DE JOSÉ VELOSO

## O CASO “LUZTUR” (1970-1979)

Por **NUNO ARENGA** | ARQUITETO | DOCENTE NA FAUL  
Fotos **NUNO ARENGA**

Não pertencendo à geração anterior dos incontornáveis modernistas algarvios<sup>1</sup>, José Veloso (Lagos, 1930-2024) foi um arquitecto igualmente singular no Algarve do séc. XX. Formado em Lisboa nos anos 1950, iniciou-se como arquitecto no tempo da crítica do Team 10 aos CIAM. Do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal e do Regionalismo Crítico. Da atenção particular ao contexto e às especificidades locais, às estruturas sociais e culturais, ao quotidiano e às necessidades prementes das pessoas comuns. Também o tempo do exercício empenhado da cidadania, da responsabilidade cívica e social dos arquitectos. E ainda da militância política “de esquerda”.

As obras de José Veloso têm uma qualidade discreta, com integridade frágil, comprometida com as circunstâncias poucas vezes favoráveis no Barlavento Algarvio. Hoje têm uma leitura marcada pelas alterações sofridas, e pela incompreensão das qualidades originais que os seus edifícios procuravam oferecer-nos.

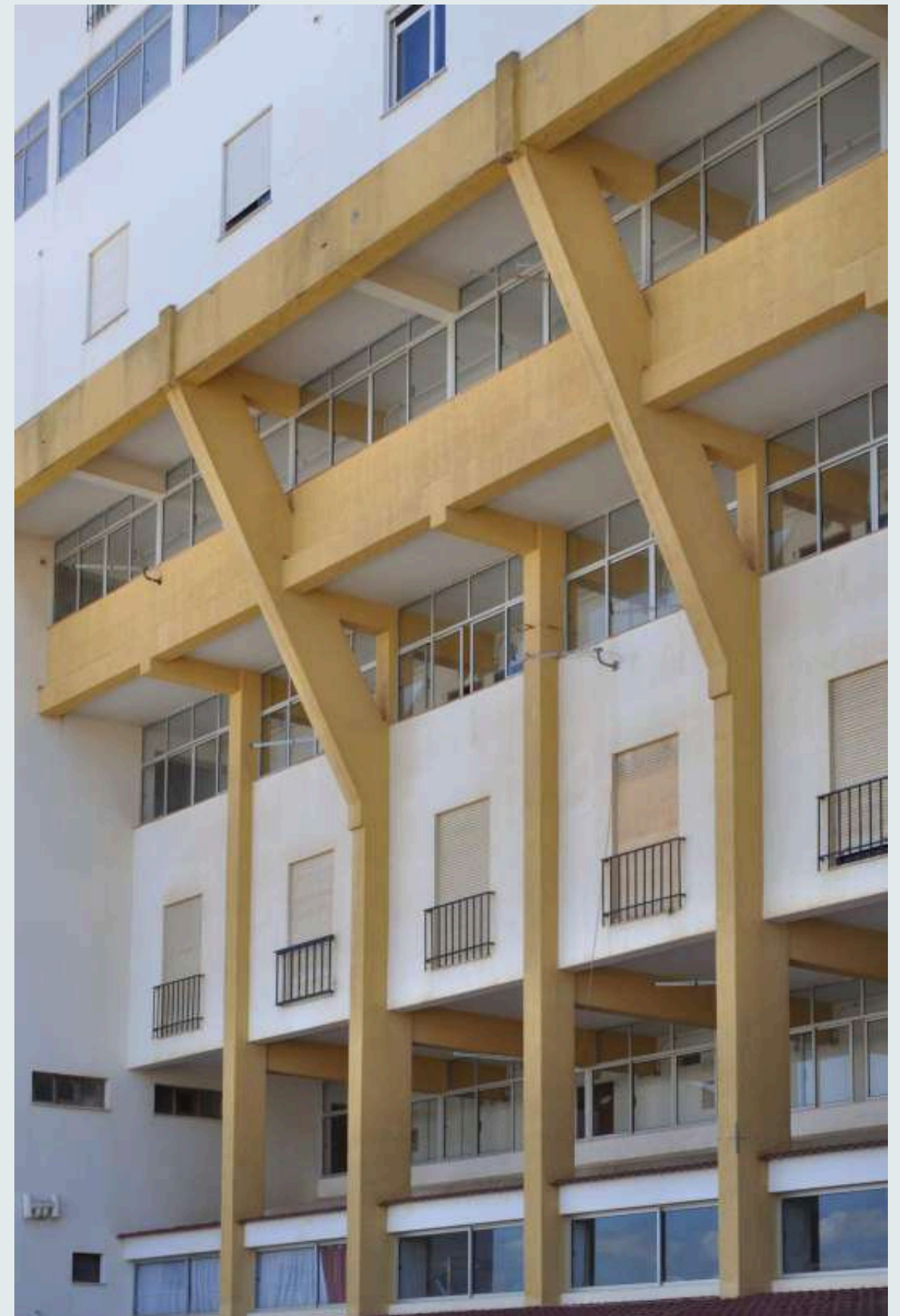
Apresenta-se uma dessas obras, singular e controversa, que poderá contribuir para as “Intersecções” aqui propostas a propósito do Modernismo no Algarve.

<sup>1</sup> Manuel Laginha (1919-1985), António Vicente de Castro (1920-2020), e Manuel Gomes da Costa (1921-2016).

**1** No início da década de 1970, José Veloso desenhou para um investidor privado o “Luztur”, um edifício de habitação, de dimensão e configuração muito invulgares, a ser construído na Luz, uma pequena vila costeira no Barlavento Algarvio, entre Lagos e Sagres. Nos anos 70, a Luz era uma pequena vila piscatória que começava a crescer como destino turístico de praia, procurado pela sua sedutora atmosfera mediterrânica. Era então o despontar do turismo nesta região do Algarve, que com o tempo traria também as contradições do desenvolvimento, do investimento e do crescimento económico, da transformação do território e das relações sociais.

**2** José Veloso participou activamente no processo SAAL<sup>2</sup>, e até ao fim da sua vida escreveu regularmente crónicas e artigos de opinião de grande contundência crítica – política e social – publicados na imprensa local de Lagos, e regional do Algarve. Na década de 1970, quando lhe é encomendado o projeto deste enorme

<sup>2</sup> Das várias operações SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local, criado em 1974 por Nuno Portas, então Ministro da Habitação) em que José Veloso interveio como arquitecto, destaca-se o conjunto da Meia-Praia, aquele pelo qual José Veloso é mais conhecido. Vemo-lo nos filmes “Continuar a Viver, ou Os Índios da Meia-Praia”, de António Cunha Telles, 1976, e “As Operações SAAL”, de João Dias, 2007.





edifício para o mercado turístico em crescimento na Luz, teria já consciência dos riscos sociais envolvidos. A turistificação não era ainda uma preocupação. Mas José Veloso desafiou o promotor João Conceição e Silva<sup>3</sup> a construir este edifício com um conjunto de espaços públicos e equipamentos comerciais ainda inexistentes na Luz, de que todos – turistas e locais – pudessem beneficiar. Concebeu estes espaços e equipamentos articulados através de um sistema de circulação interior aberto à vizinhança. Desenhou caminhos públicos através do edifício – atravessamentos que se tornariam urbanos – procurando com estes promover a abertura do edifício Lutztur, e a sua capacidade de servir tanto a comunidade alojada quanto a comunidade vizinha.

**3**

O Lutztur foi projectado como um bloco habitacional com 113 alojamentos distribuídos por 11 pisos: simplexes e duplexes; com uma pequena cozinha, autónoma ou aberta para a sala; um, dois ou três quartos; uma varanda exterior ou um terraço, virados a Sul e para o mar sempre que possível. Em vez de uma simples repetição sistemática, regular e uniformizadora, a distribuição dos alojamentos fez-se complexa, em galerias com desenvolvimentos e articulações muito diversas, configurando diferentes “comunidades” de apartamentos no interior do edifício, cada uma servida por espaços partilhados de acesso e transição, muito ambíguos na separação exterior-interior, ou público-privado, mas com forte expressão distintiva e valor identitário.

O edifício integrou um pequeno mercado municipal; instalações sanitárias públicas; um cinema; uma piscina servida por um terraço com solário e uma esplanada com bar-restaurante; espaços comerciais de diferentes tamanhos, distribuídos pelas galerias do edifício; e ainda um espaço de trabalho dedicado a “escritórios”. Sem segregar estas funções em pisos ou alas específicas, José Veloso misturou-as com alguns alojamentos nas galerias – “ruas interiores” – dos pisos com maior contacto

<sup>3</sup> João Conceição e Silva (Lisboa, 1911 - Lagos, 2004), veio para Lagos em 1966 como gestor de construção civil. Conheceu José Veloso na obra do Hotel Lagos, estabelecendo-se entre ambos uma relação de mútuo apreço. João Conceição e Silva envolveu-se em actividades cívicas e culturais, tornando-se actor amador de teatro aos trinta anos. Em Lisboa estabeleceu relações com a oposição ao Estado Novo. Mais tarde, em Lagos, fundou e dirigiu o Teatro Experimental de Lagos, foi presidente do Centro de Acção Social de Lagos durante vários mandatos consecutivos, e conseguiu criar o primeiro Centro de Dia da cidade, sendo distinguido no final da vida com a Medalha de Prata da cidade de Lagos, e mais tarde com a póstuma Medalha do 30º Aniversário do 25 de Abril.



José Veloso  
Edif. “Lutztur” Lagos, 1979 (fotografia da atualidade).



José Veloso  
Edif. “Lutztur”, Lagos, 1979 (Fotografia da atualidade).



José Veloso  
Edif. “Lutztur”, Lagos, 1979 (Fotografia da atualidade)

com o exterior imediato, ligando por dentro os diferentes níveis exteriores das quatro ruas circundantes, a Norte, a Sul, a Este e Oeste. Para que o edifício fosse aberto e acessível a todos. E o seu interior participasse no espaço urbano envolvente.

Atravessar o interior do Lutztur é por vezes a forma mais natural de caminhar nesta zona da Luz. Muitas pessoas fazem-no percorrendo as galerias, simplesmente porque são os caminhos mais curtos, ou mais protegidos do Sol no Verão, ou da chuva no Inverno. Fazem-no até de bicicleta, por vezes simplesmente pedalando, sem paragens.

Estas galerias oferecem-nos muitas fugas visuais intrigantes, estendendo o espaço em múltiplas direcções e inflexões, horizontais e verticais. Convidam-nos a olhar, a explorar e descobrir. E também a parar, e ficar um pouco. Embora pareçam espaços de grande simplicidade e pouca pretensão, a forma, o vazio, a luz e a matéria de que são feitos, jogam juntos de tal modo que tendemos a vê-los como lugares bonitos e significantes.

**4**

Assim espacialmente aberto e funcionalmente (des)articulado, o Lutztur não é um Centro Comercial com funções residenciais e de trabalho segregadas em pisos superiores<sup>4</sup>. Nem uma Unidade de Habitação modernista, com funções e serviços comunitários dedicados a uma certa autonomia e auto-suficiência da comunidade residente. Aborda e cruza estes dois tipos de um modo pouco ortodoxo, intencionalmente ou não, muito alinhado com o pensamento do Team 10 na crítica ao Modernismo<sup>5</sup>.

**5**

Na década de 1970 a construção do edifício revelou uma presença dissonante e controversa na Luz, motivando na comunidade da vila uma petição de protesto assinada por muitos. Ainda hoje se apresenta volumoso e desajeitado, o seu tamanho fora de escala face ao seu lugar e vizinhança. Tem sido

<sup>4</sup> Em Portugal, o Centro Comercial era uma tipologia ainda nova nos anos 1970. Vejam-se o Centro Comercial Apolo 70, Arq. Paulo d’Eça Leal, Lisboa, 1971, ou o Edifício Castil, Arq. Francisco Conceição Silva, Lisboa 1973.

<sup>5</sup> Na obra de José Veloso encontramos muitas relações possíveis com o pensamento desenvolvido entre os anos 1950 e 1970 pelos membros do Team 10 na crítica ao Funcionalismo moderno e aos Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna. Não assumidas por Veloso, não sabemos se correspondem a conhecimento directo, a influências indirectas, ou ao “espírito do tempo”.

desconsiderado desde os primeiros tempos da sua construção. Com algumas razões, podemos aceitar. Mas é um edifício muito interessante, com uma grande vitalidade, projectado com um espírito generoso.

Hoje o mercado municipal está fechado. A sala de cinema convertida num supermercado. O tanque vazio da piscina coberto com chapa metálica, convertido de forma expedita num armazém. Os terraços também encerrados. Muitas das galerias estão hoje fechadas com caixilharias de alumínio, para protecção do vento, mais frequentemente dito, mas também, e um pouco triste, para evitar que os jovens locais vagueiem e brinquem, vibrantemente, no interior do edifício.

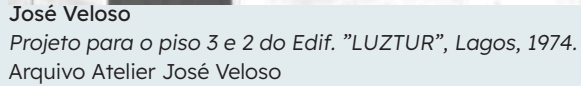
O edifício tornou-se menos aberto. Mas ainda preserva na essência, e sem vandalismos dos moradores, os valores e as qualidades que José Veloso procurou. Ainda que o achem estranho, as pessoas parecem vivê-lo com prazer quotidiano.

O edifício Lutztur foi estudado no livro “José Veloso, Lutztur 1970-1978, Um edifício Singular”, com textos de José Veloso, Raul Hestnes Ferreira, Maria Francisca Balmori e Nuno Arenga, ed. Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2017.



**José Veloso (1930-2024)**  
Prémio Carreira pela SR Algarve O.A., 2021.  
Membro Honorário pela Ordem dos Arquitectos, 2021.  
Foto na cerimónia Membro Honorário na O.A., 2021.









Membros Honorários 2024

## JOSÉ MARIA LOPES DA COSTA

O Conselho Diretivo Nacional da Ordem dos Arquitectos outorgou, no passado dia 30 de outubro de 2024, a proposta desta Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos, para nomear o Arq. José Maria Lopes da Costa como Membro Honorário da instituição. Foram então outorgados membros honorários:

### Arquitetos Homenageados:

Alexandra Gesta  
Jorge Henrique Cardoso da Silva  
Jorge Kol de Carvalho  
José Maria Lopes da Costa  
Teresa Nunes da Ponte  
Teresa Fonseca  
Vasco Cunha

### Homenagens a Título Póstumo

Edmundo Tavares  
José Ângelo Cottinelli Telmo

### Entidades Coletivas:

Fundação de Serralves  
Fundação Serra Henriques

A todos, o nosso eterno obrigado.

# Olhão

onde o verão  
não termina...

never ending  
summer...

Visit  Olhão

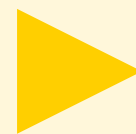
município de Olhão





## EDUCAÇÃO

### APROXIMAR, APRENDER E ENSINAR



Por **ESMERALDA PALMA** | ARQUITETA | VICE-PRESIDENTE DA SECÇÃO REGIONAL | EDUCAÇÃO  
Foto **REDAÇÃO**

A arquitetura assume-se como um pilar no desenvolvimento social, económico, cultural e político de qualquer sociedade e, como tal, a Educação em Arquitetura é indispensável na capacitação das gerações mais novas, sensibilizando-as desde cedo para a importância de promover ambientes construídos mais sustentáveis, inovadores e sensíveis às especificidades de cada território.

A utilização da arquitetura como conteúdo educativo possibilita um novo olhar sobre os espaços, e possibilita a sua contribuição para a qualidade de vida a nível físico, mas também social. Para além disso, fornece o conhecimento e as ferramentas necessárias para transformar esses espaços e criar novos, sem colocar em causa a preservação da paisagem e dos valores endógenos de cada lugar.

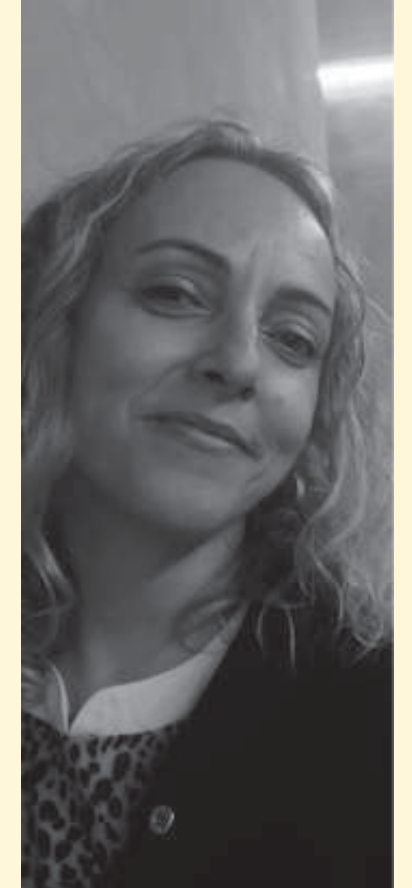
Neste sentido, torna-se premente apostar na formação de crianças e jovens, fomentando o desenvolvimento das suas capacidades criativas, cognitivas e espaciais, e exponenciando o seu pensamento crítico quanto à perceção dos espaços e à relação com o meio que os rodeia, seja este construído ou paisagem natural.

Nalguns países, a educação em arquitetura integra o currículo nacional ao longo do percurso escolar, envolvendo a sociedade em geral. Em Portugal, embora ainda não se tenha alcançado esse propósito, tem-se assistido, nos últimos anos, a uma evolução na sua implementação a diversos níveis, seja através de diretrizes políticas, como o Programa Paisagem e Arquitetura Sustentáveis, no âmbito da Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, seja através de iniciativas promovidas por agentes culturais e entidades académicas.

Acreditando que é fulcral formar cidadãos atentos às necessidades atuais, contribuindo para um desenvolvimento sustentável, a Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos (SRALG) tem vindo a promover uma relação mais estreita entre a Arquitetura e a Educação na região, através de atividades nos âmbitos escolar e académico.

As atividades destinadas às camadas infantojuvenis, visam estimular a criatividade e explorar conceitos arquitetónicos, de forma lúdica e divertida. De modo a incrementar o interesse por esta temática e de relevar

“Nalguns países, a educação em arquitetura integra o currículo nacional ao longo do percurso escolar, envolvendo a sociedade em geral. Em Portugal (...) tem-se assistido, nos últimos anos, a uma evolução na sua implementação”



a importância do papel da arquitetura e da profissão pela arquitetura entre crianças e jovens, a SRALG lançou em 2024 um desafio à comunidade escolar da região do Algarve, através da criação do Prémio de Arquitetura Infantil, abrangendo os alunos do 1º ao 12.º ano de escolaridade, com a atribuição de um prémio à melhor proposta apresentada a concurso, em cada ano escolar. Em 2025, encontra-se previsto o lançamento da 2ª Edição deste prémio, com uma nova designação - Plataforma Arquitetura e Educação

No campo académico, a SRALG tem procurado fortalecer a ligação entre a academia e a prática profissional, promovendo iniciativas que incentivem o diálogo entre estudantes, docentes e arquitetos no ativo. Esta interação é essencial para garantir que os jovens arquitetos adquiram não só uma sólida base teórica, mas também uma compreensão realista dos desafios e oportunidades que o mercado oferece.

No Algarve, a formação académica é assegurada pelo Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes (ISMAT), com um papel significativo na capacitação de estudantes e profissionais, através do Mestrado Integrado em

Arquitetura e do Mestrado em Reabilitação de Edifícios e Sítios. E pela Universidade do Algarve, que tem contribuído para a interdisciplinaridade e inovação na Arquitetura através de uma oferta formativa diversificada e de projetos de investigação.

No exercício da sua atividade, a SRALG tem estabelecido parcerias com estas instituições, sendo exemplo o Ciclo de Conferências de Aulas Práticas, no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura do ISMAT, sobre projetos concretizados na região do Algarve, convidando os respetivos arquitetos autores para a sua apresentação em aula aberta.

Face às características específicas desta região, e acreditando que a qualidade da formação escolar e académica tem reflexo na qualidade dos profissionais de arquitetura, esta Secção Regional continuará a apoiar e a valorizar a Educação em Arquitetura, enquanto vetor essencial no desenvolvimento da região do Algarve e no progresso e reconhecimento da profissão.



## O SERVIÇO DE APOIO À PRÁTICA PROFISSIONAL: UM DESAFIO CONSTANTE

Por **MÓNICA ROSA** | ARQUITETA | VOGAL CDR SRALG | APOIO À PRÁTICA  
Foto **REDAÇÃO**

A Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos instituiu, em 2022, o departamento de apoio à prática profissional, cujo propósito foi estabelecer um suporte interpretativo e legal aos arquitetos da região.

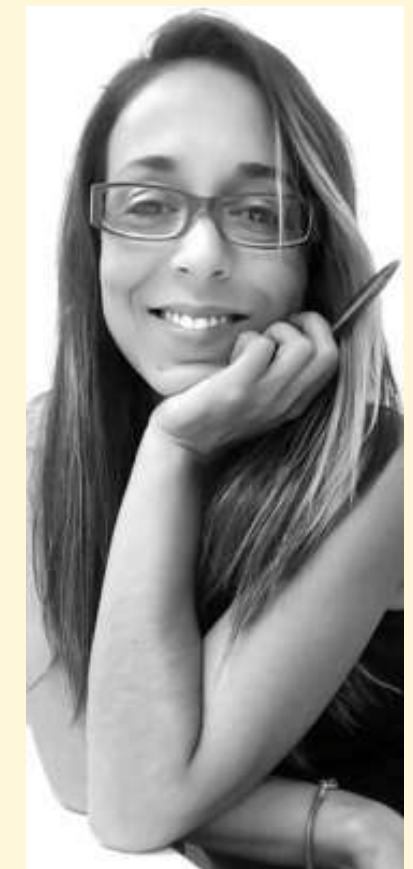
No último ano, assistiu-se a uma dinâmica legislativa intensa, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 10/2024 (Simplex), e das Portarias conexas que, ao contrário do que se esperava e antecipava veio, novamente, introduzir entropias nos procedimentos administrativos vigentes até à data da sua publicação e que, ainda que com algumas falhas, se tinham estabelecido ao longo dos últimos 10 anos, tanto na administração pública, como na prática privada.

Assistimos, em 2024, a um levantar de questões que anteriormente já não se colocavam, resultado de uma revisão legislativa que não acautelou a vertente prática, e verteu neste novo diploma, uma multiplicidade de atos isentos de controlo prévio, atos de controlo sucessivo de consequências imprevisíveis e aumentou, de forma notória, a insegurança de todos os envolvidos na indústria da construção.

Volvidos 12 meses, estaremos, certamente, todos de acordo: os resultados esperados não são, efetivamente, os resultados conseguidos. Pelo contrário, verificou-se um aumento da dificuldade de submissão de processos, dependente, variadas vezes de interpretações singulares de cada município, relançando a questão: “para quando a efetiva uniformização de procedimentos?” Numa tentativa apressada de rever o RJUE, o legislador socorreu-se de juristas e, de forma surda, sem ouvir os técnicos que, efetivamente, trabalham diariamente com os procedimentos em causa, publicou um conjunto de diplomas que, comprovadamente, não nos serve.

Foi óbvia a dificuldade de todos, visível na quantidade de pedidos de apoio recebidos, logo desde janeiro de 2024, cifrando-se em 85 pedidos no final do ano. Nas sessões de esclarecimento promovidas pela SRAlg, cuja afluência demonstrou a efetiva desorientação com que todos os envolvidos se viram, subitamente, confrontados, constatou-se haver ainda muito por entender, vincando a desconexão entre os próprios diplomas, e a falta de visão estratégica do legislador para uma indústria que se constitui como uma das maiores contribuidoras para o PIB nacional.

“(…) conseguiremos certamente trabalhar em conjunto para um bem comum: tornar os processos mais céleres, menos burocráticos e com a certeza de que estamos a cumprir a lei.”



O que se antecipava, com expectativa, que viesse simplificar e uniformizar, veio dar azo a uma complexificação e densificação de procedimentos avulsos, analisados numa ótica protecionista e de questionamento constante.

O departamento de apoio à prática profissional tem sido, assim, uma das formas de contacto com os membros mais prolífica, constituindo-se, em diversas ocasiões, como uma almofada de conforto, para tantos profissionais que tentam, no melhor das suas competências, desempenhar o seu trabalho de forma séria e capaz.

Não raras vezes, também os técnicos municipais recorrem a este serviço disponibilizado pela SRAlg, na tentativa de perceber como racionalizar e operar com bom senso, nos parâmetros legais agora vigentes. Percebeu-se assim, da necessidade de reunir os técnicos responsáveis dos municípios, numa tentativa autónoma de iniciar uma “uniformização” de procedimentos e entendimentos, tão necessária, mas mais uma vez, relegada para o futuro pelo legislador.

Somos cerca de mil arquitetos ativos na região do Algarve, entre técnicos da administração pública e privados. Antecipamos que o Algarve pode, e deve, servir de exemplo nacional. Não só pela sua dimensão, mas pelo número de Municípios contidos neste território (16), consideramos que é exequível uniformizar os procedimentos administrativos na nossa região, apesar de todas as dificuldades que os diplomas legais nos impõem. Podemos, com eficácia, simplificar o que a legislação veio complicar. Havendo vontade política e administrativa das instituições envolvidas, conseguiremos certamente trabalhar em conjunto para um bem comum: tornar os processos mais céleres, menos burocráticos, e com a certeza de que estamos a cumprir a lei.

A Secção Regional do Algarve, contará também, a partir do início de 2025, com apoio jurídico externo, de forma a contribuir proactivamente para que todos, sem exceção, se sintam mais seguros no exercício da sua profissão.





## ADMISSÃO: SABER ACOLHER O FUTURO



Por **NATACHA SABINO** | ARQUITETA | VOGAL | ADMISSÃO  
Foto **REDAÇÃO**

O Estágio Profissional para admissão à Ordem dos Arquitectos, como membro efetivo, é constituído por um período experimental nos atos próprios da profissão, bem como um conjunto de sessões de formação, obrigatórias, em “Estatuto e Deontologia” e “Formação Profissional”, tendo uma duração de 12 meses.

A experiência profissional prevista no Estágio é desenvolvida em Entidades de Acolhimento, contando com a supervisão de um Orientador, e pode ser realizado em períodos mínimos de 4 meses, em diferentes Entidades, devendo estar concluído num prazo máximo de 24 meses.

A contagem do período de Estágio tem início a partir da data de validação do Plano de Estágio pelo Conselho Diretivo Regional respetivo, ou em data indicada por este último, desde que posterior à validação. O Orientador deve ser membro efetivo da Ordem dos Arquitectos, inscrito há pelo menos 5 anos, e no pleno exercício dos seus direitos, não podendo acompanhar mais do que 3 estagiários em simultâneo.

Desde a sua implementação, o Conselho Diretivo Regional do Algarve, tem visado promover a integração dos novos membros, numa perspetiva de os acolher

nesta instituição, e de lhes dar a conhecer os seus direitos, os seus deveres, e os serviços prestados pela Ordem dos Arquitectos, a que o novo membro pode recorrer sempre que deles necessite.

Para o efeito, tem a SRALG concretizado, anualmente, no mês de janeiro, uma Cerimónia de Receção aos Novos Membros, sempre num Município algarvio diferente, para que os mesmos se aproximem da entidade que tutela a sua profissão, dando-lhes também a oportunidade de conhecer os colegas que constituem os órgãos sociais regionais e nacionais da Ordem dos Arquitectos, bem como os membros mais experientes e os outros novos membros.

No ano de 2024 foram admitidos na Ordem dos Arquitectos, pela Secção Regional do Algarve, 24 novos membros

Para mais informações sobre o período de Estágio e formalidades de Admissão, deverá ser consultada a informação disponível no site da Ordem dos Arquitectos.



## CULTURA “TRAVELLING” COM COTTINELLI TELMO



Por **RÚBEN MARTINS** | ARQUITETO | VOGAL | CULTURA  
Foto **REDAÇÃO**

### Coincidências

No passado dia 30 de outubro, durante a apresentação da proposta de outorga da Cerimónia de nomeação dos Novos Membros Honorários, na qual o Arq. Cottinelli Telmo foi homenageado, o atual presidente da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da Ordem dos Arquitectos, Arq. Pedro Novo, iniciou a sua intervenção com a frase: *“Já sinto o peso do Padrão dos Descobrimentos...”*. Completamente de acordo!

Anteriormente, já a Arquitecta Lenea Andrade, tinha comentado: *“Vais escrever sobre o Arquitecto Cottinelli Telmo? Tens que visitar a Estação dos Comboios de Vila Real de Santo António!”*

De fato, escrever sobre alguém que pode ser considerado como o nosso renascentista da Primeira República, é uma grande responsabilidade. Cottinelli Telmo dominava por completo as sete artes, tanto pintava e ilustrava, tocava instrumentos musicais e dançava, escrevia ou compunha, como projetava e construía os estúdios de gravação onde realizou filmes e documentários.

De todos os arquitetos do modernismo talvez fosse o que melhor entendeu a relevância do cinema, da imagem e da encenação na composição arquitetónica. Colocou esse conhecimento em prática quando, enquanto funcionário dos Comboios de Portugal (CP),

foi responsável por inúmeras Estações de Caminho de Ferro.

A sua fluidez de transitar entre diferentes disciplinas demonstra bem o domínio singular entre a articulação de movimento e a estática. A Estação de Vila Real de Santo António, retrata bem essa *teatralidade* de chegada, esse portal de partida para outras viagens. Revelação da curiosidade extremamente aventureira para a época, duma modernidade que começa nos *grafismos* e entra na arquitectura um pouco mais tarde, por ter existido um primeiro embate, de recusa do Moderno por parte da CP. Assim, Cottinelli Telmo projeta, comprometido com os estilos tradicionalistas, para depois arriscar uma linguagem mais cinematográfica quando lhe encomendam um conjunto de torres de sinalização, que por serem edifícios mais técnicos, sem grande ligação com o público, lhe davam uma maior liberdade para ensaiar uma linguagem moderna, por vezes ainda ligada a ArtDeco. Um ponto de partida para a cenografia da grandiosa Exposição do Mundo Português de 1940, na zona de Belém em Lisboa.

Nem sempre a premonição se demonstra nos modos mais evidentes, sendo que Cottinelli Telmo representa a verdadeira resiliência no sentido da oportunidade da ocasião.



# LILIANA PICA



## SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECÇÃO REGIONAL DO ALGARVE

Por **LILIANA PICA**  
Foto **MIGUEL GUIMARÃES**

“Posso dizer, sinceramente, que aprecio o contacto com os membros e que me sinto feliz com a crescente aproximação dos mesmos para com a Secção (...)”

Chamo-me Liliana, tenho 37 anos, e desde março de 2022 que tenho o prazer de fazer parte da engrenagem que faz mover a Ordem dos Arquitectos, mais concretamente da Secção Regional do Algarve.

As minhas primeiras funções consistiram em auxiliar a erigir a Sede da SRALG, pelo que vi em primeira mão a mesma a tomar forma, a passar de um espaço vazio em obras para um local agradável e acolhedor, pronto a receber os seus membros. Tudo isto deu origem a um sentimento de conexão, de familiaridade, pelo que era muito importante para mim que tudo estivesse no seu melhor, pois este não seria apenas o meu local de trabalho, mas algo mais, do qual pude fazer parte.

Apresentando um pouco o meu trabalho, eu sou aquilo que geralmente se denomina uma profissional multifuncional, dou apoio administrativo aos Órgãos Regionais e aos membros da SRALG, apoio técnico nos eventos e sou responsável pela manutenção da Sede.

As visitas à Sede da SRALG não são muitas, mas é com muito gosto que tenho notado um aumento nas mesmas, tal como na procura de apoio por parte dos membros. Posso dizer, sinceramente, que aprecio o contacto com os membros e que me sinto feliz com a

crescente aproximação dos mesmos para com a Secção, é uma satisfação enorme poder auxiliar na resolução de problemas ou questões e de perceber que já me vão conhecendo pelo nome, quando entram em contacto connosco. Nos eventos organizados pela SRALG tenho ainda a oportunidade de conhecer pessoalmente muitos dos arquitetos com quem falo no dia-a-dia, o que é muito gratificante.

Dizer que aprendi pouco desde que iniciei o meu trabalho como Assistente Administrativa na SRALG não poderia estar mais longe da verdade, e tudo se deve ao extraordinário apoio dos meus colegas, dos funcionários da OA, que desde o primeiro dia tão bem me acolheram e cuja disponibilidade foi sempre magnífica.

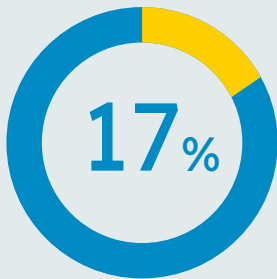
Sinto-me muito grata para com a Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos, que me deu um voto de confiança ao contratar-me, e a oportunidade de continuar a poder crescer e a aprender dentro desta Instituição, pela qual nutro uma grande estima.



# Representação gráfica do Observatório da Profissão no Algarve

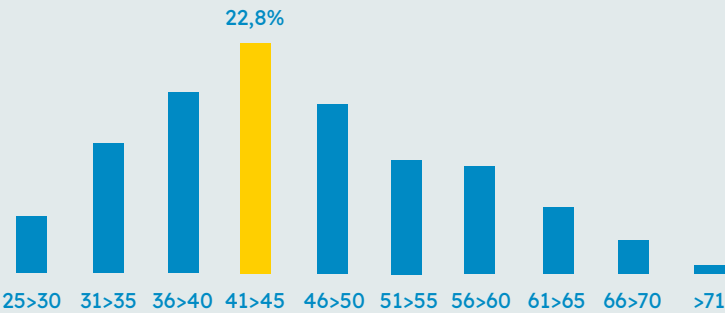
Apresentação da caracterização geográfica e exercício na região

## 1. PARTICIPAÇÃO EM INQUÉRITOS

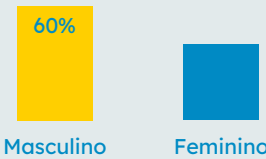


Do inquérito aos membros efetuado em 2020 sobre o estado atual da profissão e a distribuição geográfica, apenas responderam 17% dos membros. Apelamos a uma maior participação para que se consiga apresentar dados mais precisos da região do Algarve.

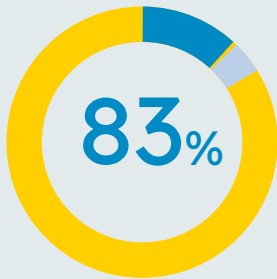
## 2. ESTRUTURA ETÁRIA



Dos inquiridos em 2020, constata-se que a maioria dos arquitetos no ativo pertence à geração de 80 do séc. XX, dos quais existe uma maioria de 60% do sexo masculino.



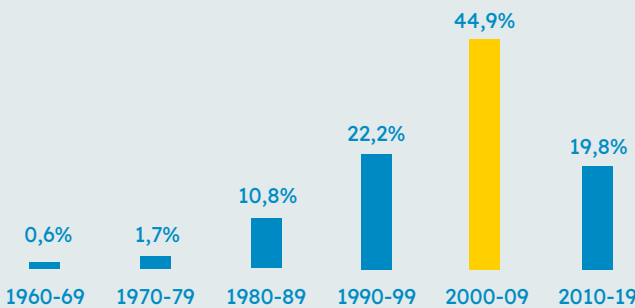
## 3. HISTÓRICO DE INSCRIÇÕES



- 83% - Inscrição ativa
- 11% - Inscrição suspensa
- 5% - Membro falecido
- 1% - Membro excluído

Desde 1948, a região do Algarve possui um registo de 1163 membros inscritos, atualmente com 962 ativos até 9 de dezembro de 2024. Verifica-se um aumento significativo de inscrição de arquitetos na região, ao longo de 75 anos de registos.

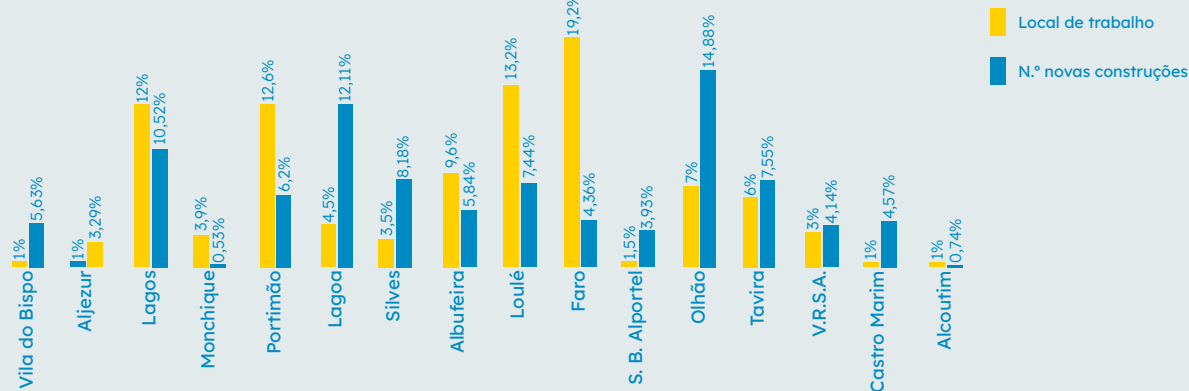
## 4. DISTRIBUIÇÃO DE INSCRITOS POR DÉCADA



Constata-se que existe uma duplicação dos membros inscritos por cada década, desde os anos 80. Curiosamente, existe uma redução drástica para metade no início da segunda década do século XXI, aproximando os números relativos à década de 90 do séc. XX.

Nota para o aumento de 10x do número de inscritos durante a década de 80 do séc. XX.

## 5. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA



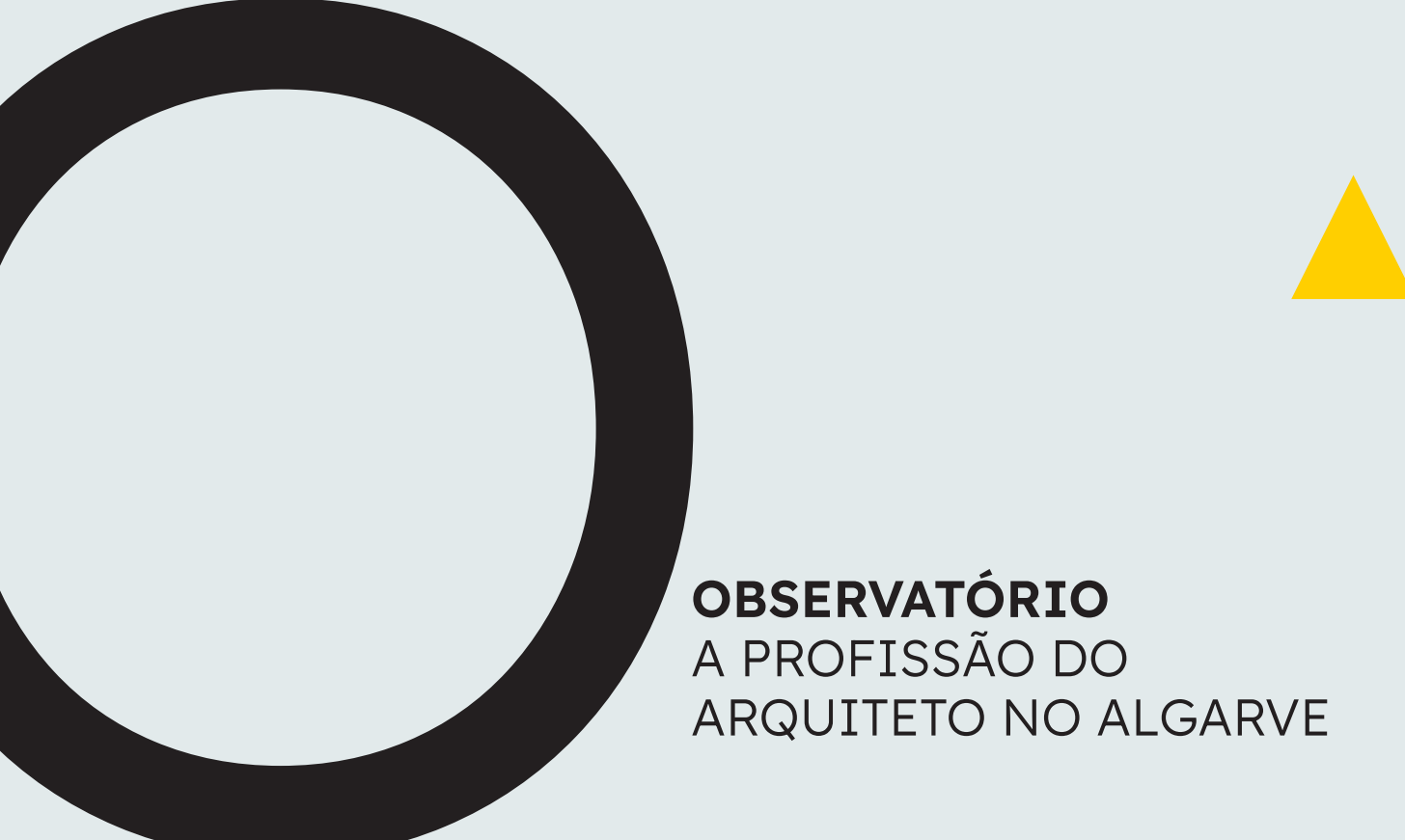
Verifica-se que existem 3 cidades atrativas para a profissão, podendo associar-se aos aspetos económicos, nomeadamente na região centro do Algarve, onde se incluem as cidades de Faro, Loulé e Albufeira, seguindo-se o núcleo de Portimão, Lagos e Lagoa. A relação entre o número de membros inscritos por município e o volume de obras novas (INE, 2023), é por vezes dispar, o que poderá indicar que existe uma maior oferta de projetos para além dos arquitetos “residentes”. Significará isto, que a profissão de arquiteto não está afeta apenas e só à área do seu local de trabalho, sendo muito mais abrangente territorialmente.

## 6. MODALIDADES DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO



Constata-se que cerca de 1/3 dos arquitetos em atividade exercem por conta própria e os escritórios/sociedades de arquitetura representam 11,40%. Outro dado que se retira, é que mais de 50% dos arquitetos ativos se distribuem entre funcionários da administração pública e prestadores de serviços a outros arquitetos ou entidades.

Dados apresentados com base nos dados do Inquérito regional (2020), Observatório da O.A. (2022) e dados no INE (2023), referentes à Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos e/ou afeto à região do Algarve.



## OBSERVATÓRIO A PROFISSÃO DO ARQUITETO NO ALGARVE

Por **VÍTOR MÚRIAS & RENATO CINTRA** | ARQUITETOS | SRALG | OBSERVATÓRIO

A evolução da profissão de arquiteto no Algarve tem sido marcada por um crescimento significativo, tanto em termos de número de membros como em valorização da profissão. A demografia e a distribuição geográfica indicam que há uma sólida base de profissionais que respondem às necessidades de uma região em desenvolvimento, associado à atividade da construção, do turismo, e também turismo de saúde, cada vez mais em voga resultante das excelentes condições que o país e a região oferecem. Para garantir o fortalecimento e a promoção da arquitetura no Algarve, é essencial traçar um caminho que aborde tanto os desafios quanto as oportunidades da região, através de:

### 1. Valorização da Profissão e dos Profissionais:

- Promovendo campanhas que destaquem o impacto da arquitetura no desenvolvimento sustentável e cultural da região.
- Formação contínua: com a especialização em áreas emergentes, como sustentabilidade, turismo de saúde e urbanismo inteligente.
- Organização de exposições, prémios e

conferências que celebrem a arquitetura local e estimulem a inovação.

d. Estabelecer intercâmbios e colaborações com instituições estrangeiras para divulgar o Algarve como referência em arquitetura contemporânea e sustentável.

e. Investir na capacitação em tecnologias como BIM (Building Information Modeling), realidade virtual e inteligência artificial.

### 2. Integração com o Desenvolvimento Regional

a. Turismo Sustentável: Incentivar práticas arquitetónicas que preservem o património cultural e natural do Algarve, alinhando-se com o crescimento do turismo de saúde e de luxo.

b. Planeamento Urbano Inteligente: Desenvolver estratégias que combinem urbanismo sustentável com acessibilidade, respondendo às necessidades da crescente população e visitantes.

c. Incentivar a adoção de tecnologias e práticas sustentáveis em novos projetos e na reabilitação de edifícios existentes.

“A demografia e a distribuição geográfica indicam que há uma sólida base de profissionais que respondem às necessidades de uma região em desenvolvimento associado à atividade da construção, do turismo e também ao turismo de saúde, cada vez mais em voga, resultante das excelentes condições que o país e a região oferecem.”



### 3. Participação e Envolvimento da Comunidade

- Consultas Públicas e Inquéritos: Incentivar a participação dos arquitetos e da comunidade em consultas e estudos sobre desenvolvimento urbano e regional.
- Colaboração Multidisciplinar: Promover o diálogo entre arquitetos, engenheiros, urbanistas, gestores turísticos e outros profissionais para soluções mais integradas.

### 4. Apoio Institucional

- Trabalhar conjuntamente com as instituições locais para que se incentivem a contratação de arquitetos e a valorização de projetos inovadores, com promoção de investimentos públicos em projetos arquitetónicos que sirvam como modelos de excelência.

Este caminho requer a colaboração de todos os envolvidos, arquitectos, instituições públicas e privadas e a comunidade. Somente assim será possível garantir o fortalecimento e a promoção contínua da arquitetura no Algarve, contribuindo para um futuro mais inclusivo, sustentável e próspero.

Esse tem sido o caminho seguido pela Secção e que se pretende reforçar, verificando-se positivamente e recentemente a envolvimento dos arquitectos nos eventos promovidos pela Secção, nomeadamente o Prémio de Arquitetura do Algarve, a Receção aos Novos Membros, as Jornadas Internacionais de Arquitetura do Algarve, os eventos de análise da nova legislação, a colaboração com as entidades camarárias e a congénere Ordem dos Engenheiros, sendo momentos em que a prática da arquitectura é discutida, avaliada e sai reforçada. Contudo, ainda existem desafios, como a promoção de igualdade de género e a necessidade de uma participação mais ativa de todos em geral, para garantir um futuro ainda mais promissor para a arquitetura no Algarve.





OBRAS LITERÁRIAS  
MÚSICA E MÚSICOS MODERNOS:  
ASPECTOS, OBRAS,  
PERSONALIDADE

**Autor:** Fernando Lopes-Graça  
**Editora:** Caminho  
**Língua:** Portuguesa

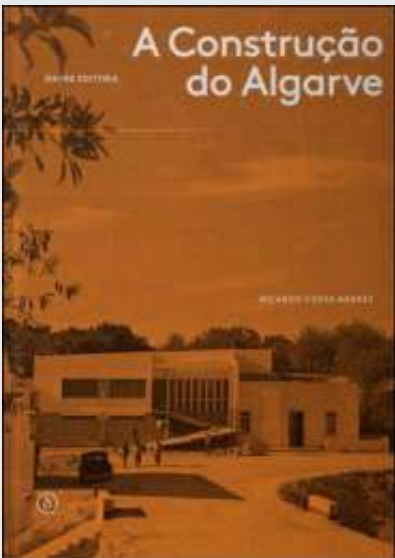
O compositor que fez da sua trajectória uma batalha pessoal a favor da música moderna. Esta Batalha pessoal, já se tinha materializado a partir da década de 30, em conferências e crónicas jornalísticas sobre compositores e obras “modernistas”. Lopes Graça pugnava por uma “Beleza Musical Objectiva” onde os elementos formais da composição, de ordem matemática e lógica, melhor permitem “uma dialéctica musical tão rigorosa como a dialéctica verbal”.



ARQUITECTURA MODERNISTA EM  
PORTUGAL

**Autor:** José Manuel Fernandes  
**Editora:** Gradiva  
**Língua:** Portuguesa

“É intenção desta publicação divulgar os aspectos gerais da arquitectura chamada ‘modernista’ em Portugal. Termo ambíguo ou, pelo menos, vago, vemo-lo aplicado, por exemplo, em Espanha à produção arquitectónica dos princípios de Novecentos, que entre nós se confundiria com a ligada à ‘arte nova’ ou à de ‘princípio de século’; vemo-lo também aplicado em Portugal, nos campos das outras artes visuais, às obras de um Amadeo ou de um Almada (e mesmo, na literatura, às intervenções de Sá Carneiro ou de Pessoa) (...)”



A CONSTRUÇÃO DO ALGARVE:  
ARQUITETURA MODERNA,  
REGIONALISMO E IDENTIDADE  
NO SUL DE PORTUGAL (1925-  
1965)

**Autor:** Ricardo Costa Agarez  
**Editora:** Dafne  
**Língua:** Portuguesa

“O livro, que desafia a inclusão convencional da arquitetura moderna portuguesa nas narrativas do Regionalismo Crítico, é uma reconstrução pormenorizada dos debates e culturas em jogo e apresenta os antecedentes que caracterizaram a muito celebrada viragem para o regional.

Arquitetos menos conhecidos e um elenco de outros agentes (clientes, administração, engenheiros e construtores) contribuíram para amadurecer uma linha regional da arquitetura moderna que, mais do que ser o resultado heróico de uma batalha dura levada a cabo por arquitetos empenhados em combater um regime conservador, foi verdadeiramente popular no Algarve.”



A CANÇÃO DE LISBOA

**Realização:** José Cottinelli Telmo  
**Argumento:** José Cottinelli Telmo  
**Língua:** Portuguesa

Sabiam que o primeiro filme português com “trilha” sonora, foi realizado por um arquiteto?

Na realidade, quem deveria realizar este filme era o Leitão de Barros, mas por incompatibilidade deste com os Estúdios da Tóbis Portuguesa, em jeito de improviso o Arquitecto Cottinelli Telmo, reúne um equipa técnica revolucionária e um elenco com a qual escreve o roteiro e realiza o filme “A Canção de Lisboa” em 1933, protagonizado por Vasco Santana, Beatriz Costa. Tal como recebeu inspiração do cinema para a arquitectura, também nesta obra cinematográfica, o arquitecto entrega a sua visão duma Lisboa que defila perante os olhos do espectador, como na corrida de Vasco Santana desde o Castelhinho, passando pelo Campo de Santana até à Escola médica.



AMADEO

**Realização:** Vicente Alves do Ó  
**Argumento:** Vicente Alves do Ó  
**Língua:** Portuguesa

“Amadeo de Souza-Cardoso viveu, em apenas 30 anos, uma vida intensa e fulgurante. Nasce e vive em Manhufe (Amarante), veraneia em Espinho, fixa-se em Paris onde estuda na Academia de Belas-Artes e integra um extraordinário círculo de artistas modernistas que marcará a história da arte do século XX. Com apenas 23 anos celebra a sua primeira exposição conjunta com Modigliani rodeado pelo seu círculo de amigos, entre os quais Picasso, Apollinaire, Brancusi, Derain, Emmerico Nunes e Max Jacob. O pintor deixa de trabalhar em 1918, quando a gripe pneumónica atinge Portugal, acabando por falecer a 25 de outubro desse ano. Através de Almada Negreiros e Sarah Afonso, que procuraram os seus quadros perdidos, a sua memória perdura até hoje.” (cinept.ubi.pt)



THE PRUITT-IGOE MYTH

**Realização:** Chad Freidrichs  
**Argumento:** Chad & James Freidrichs  
**Língua:** Inglês

“Destruído em uma implosão dramática e amplamente divulgada, o complexo habitacional público Pruitt-Igoe se tornou um símbolo generalizado de fracasso entre arquitetos, políticos e formuladores de políticas. O Mito Pruitt-Igoe explora as questões sociais, económicas e legislativas que levaram ao declínio da habitação pública convencional na América e os centros urbanos em que residiam, ao mesmo tempo em que apresenta as narrativas pessoais e pungentes de vários moradores do projeto. Nos anos do pós-guerra, a cidade americana mudou radicalmente, ao ponto que a tornaram irreconhecível em relação a uma geração anterior, privilegiando alguns e deixando outros em seu rastro.” (imdb.com)



LENEA ANDRADE

ARQUITETA

Instagram: @kodacromo

Como arquiteta e com gosto pela fotografia, na sequência do convite remetido pela Secção Regional do Algarve da Ordem dos Arquitectos, aquando da exposição dedicada à Arte da Fotografia e da Arquitetura, no âmbito do dia mundial da Fotografia que ocorreu a 19 de agosto, coube agora acrescentar algumas palavras às imagens apresentadas que, ainda que não se constituam como exemplos da arquitetura Modernista, tema base desta publicação, apresentam diferentes formas de olhar o espaço urbano e a arquitetura independentemente do seu “estilo”. Considerando, muito por inerência profissional, que devemos estar atentos aos valores naturais e construídos de cada região, defendendo a sua preservação e transmissão às gerações vindouras.

A capacidade do homem materializar o seu pensamento através da arte foi sempre uma constante desde os tempos pré-históricos, a religião manteve essa motivação, como meio de comunicação universal. Através da pintura, da escultura, da arquitetura, sendo esta última também muito utilizada em termos políticos, é hoje possível o conhecimento dos usos, costumes e da cultura dos povos. A comunicação através da imagem permite mais facilmente um entendimento mútuo, independentemente do nível cultural ou formação, linguagem oral ou escrita das partes.

Sem conflitar com a pintura, a fotografia permitiu conservar o passado de modo concreto, através do registo, dirigindo-se aos sentidos e sensibilidade, apresentando o poder de ressuscitar. Roland Barthes considerou que a fotografia tem o poder de atuar sobre dois níveis de memória, certificar uma história e fazer reviver um passado, a memória do ser e do afeto.

Tendo como objeto de interesse as linhas, as formas, as texturas e a influência da luz no resultado final, a fotografia e a arquitetura apresentam muito em comum. Servindo a primeira como documento, análise crítica, promoção, muito evidente na obra arquitetónica a partir do modernismo, permite esta também impacte emocional, através da sua manipulação.

A minha experiência com a fotografia surge ainda em analógico, como curiosidade, e mais tarde como forma de manter e partilhar memórias, pessoas, locais, vivências e, claro, a arquitetura, tendo o avanço tecnológico permitido maior facilidade na captação de imagens, mas menos propensão para a revelação física dessas imagens.

No presente caso, as imagens reportam-se a instantâneos da vida quotidiana, momentos captados em locais que me são familiares, e esta facilidade em congelar momentos,

“Já o povo cantava:  
Adeus, ó terra de Olhão,  
Cercada de morraçais,  
És a mãe dos forasteiros,  
Madrasta dos naturais”  
(Em “Os Pescadores” de Raul  
Brandão)



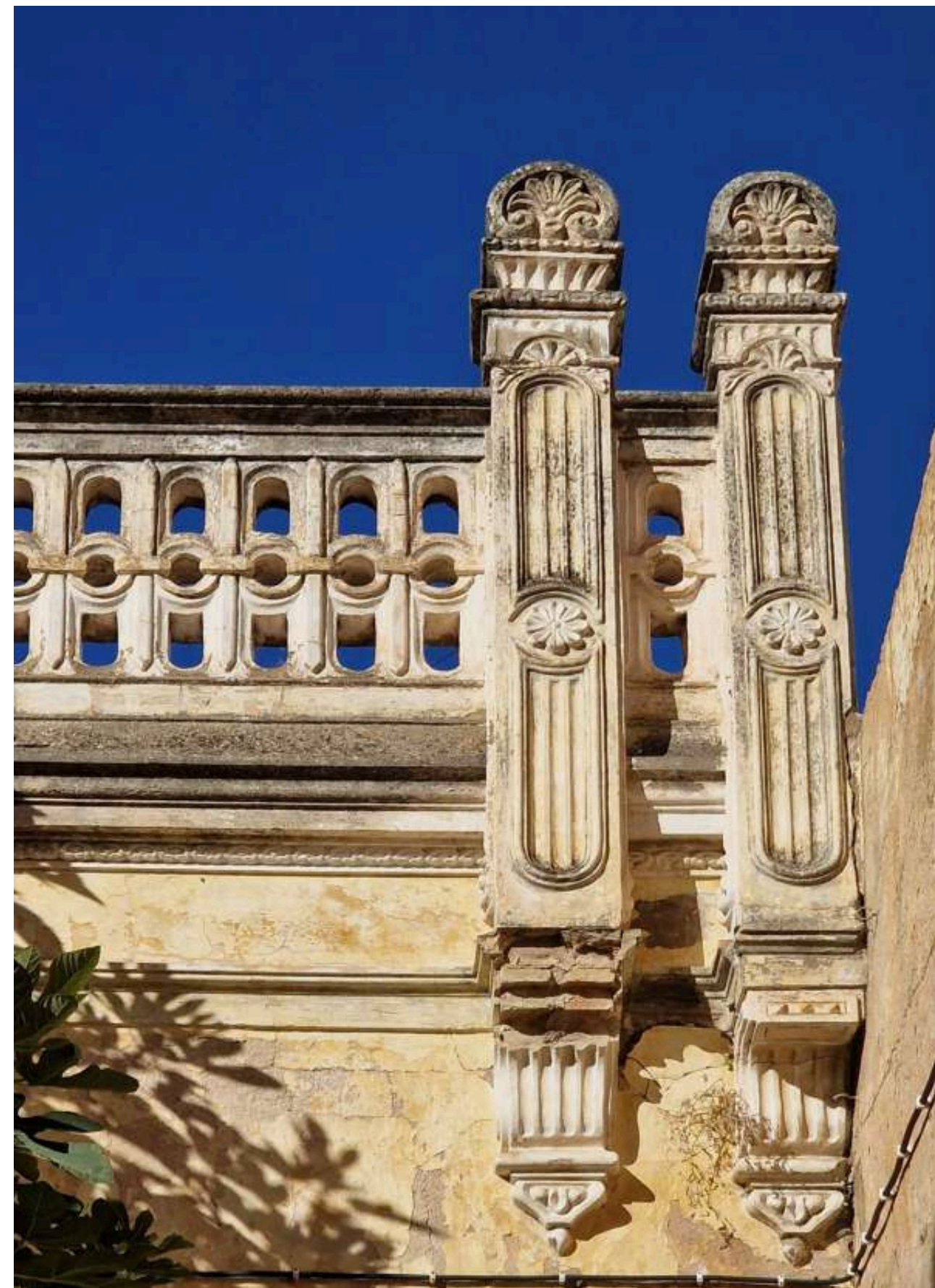
permitida pelas câmaras digitais, e mais ainda pelo sempre presente telemóvel, também nos permite redescobrir o conhecido, pois a familiaridade tende a tornar-nos desatentos (até já nada restar).

Imagens como a do bairro da Barreta, que me faz recordar quando o espaço público tinha ocupação, apropriado como continuação do exíguo espaço interior da habitação, com fogareiros, os pequenos bancos de madeira, os alguidares coloridos, as gaiolas com os pintassilgos na fachada, os aventais, memórias em que ainda será possível recordar os cheiros ou a luz das fogueiras e as cores das festas dos Santos Populares nas noites de verão. Agora transformado numa imagem a preto e branco com apenas uma criança, quando por ali circulavam muitas mais, por entre bolas e bicicletas, vivências cuja intervenção contemporânea no Largo do Gaibéu tenta simbolicamente trazer para os habitantes atuais, depois do desaparecimento dos locais, impulsionado pelo fenómeno do turismo, ainda que tardiamente, que como em muitos outros Centros Históricos fomentou a gentrificação.

Será este o inevitável progresso promovido pela globalização? Ou será possível que o Centro Histórico sobreviva na contemporaneidade, compreendendo a sua identidade e permitindo a continuidade do ambiente urbano consolidado, através de intervenções urbanas e sociais que não promovam contrastes excessivos e/ou a fragmentem, como foi conseguido, nos exemplos da arquitetura Modernista no Algarve, pelas obras dos Arquitetos Manuel Laginha e Manuel Gomes da Costa, encontrando forma de salvaguardar o fator humano nesta equação?















Com 40 anos de história, a **Cipriano & Antunes** estabeleceu-se como referência em soluções para casas de banho e cozinhas. A excelente capacidade de resposta, aliada a parcerias estratégicas com marcas líderes do setor, refletem o nosso compromisso com a exigência e a qualidade.

Compreendemos as necessidades dos profissionais de arquitetura. Oferecemos suporte técnico especializado, aconselhamento personalizado e acompanhamento em todas as fases do projeto.

Com o maior showroom a sul do Tejo, a nossa presença estende-se a Mafra e à cidade espanhola de Castellón.

#### **Olhão - Algarve**

Estrada Nacional 125, KM 111 Belamandil  
Pechão 8700-172, Olhão

#### **Carrascal - Mafra**

Estrada Carrascal nº2 Carrascal  
Livramento 2665-009, Azueira

#### **Onda - Castellon**

Poligono Ind. El Colomer Ap. 267  
Calle Ceuta, Nº27 12200, Onda



**Sanitana**



**TRES**



**COLALIZ**

SOLUÇÕES PROFISSIONAIS  
CONSTRUÇÃO E RENOVACÃO

